

Índice

| | |
|--|---------------|
| INTRODUÇÃO | - 1 - |
| CAPÍTULO I: IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO | - 2 - |
| I.1 FORMULAÇÃO E EVOLUÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO | - 2 - |
| I.2 OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO INICIAL E ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA | - 4 - |
| I.3 PROBLEMAS INICIAIS E HIPÓTESES DE TRABALHO | - 6 - |
| I.4 OBSTÁCULOS POTENCIAIS DO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO | - 7 - |
| CAPÍTULO II: DISCUSSÃO CONCEPTUAL | - 8 - |
| II.1 AMBIENTE E RISCO NAS SOCIEDADES MODERNAS | - 8 - |
| II.2 ALTERAÇÕES AMBIENTAIS, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE | - 19 - |
| II.3 DAS MIGRAÇÕES HUMANAS | - 30 - |
| II.3.1 Migrações e sistemas urbanos | - 32 - |
| II.3.2 Ultrapassando as políticas: (ir)regularidade, integração e exclusão | - 37 - |
| II.4 MIGRANTES AMBIENTAIS | - 40 - |
| CAPÍTULO III. INVESTIGAÇÃO EXPLORATÓRIA | - 45 - |
| III.1 VULNERABILIDADE HUMANA ÀS ALTERAÇÕES DO AMBIENTE | - 45 - |
| III.1.1 Dados empíricos sobre a relação entre alterações ambientais e fluxos migratórios..... | - 45 - |
| III.1.2 Caracterização inicial de migrantes ambientais | - 47 - |
| III.1.3 Impacto das alterações ambientais na modelação de vulnerabilidades regionais: o caso africano | - 49 - |
| III.2 IDENTIFICAÇÃO EXPLORATÓRIA DO CONTEXTO EUROPEU ENQUANTO DESTINO DOS MIGRANTES AMBIENTAIS | - 53 - |
| III.2.1 Adequação do conceito de migrante ambiental aos fluxos populacionais que procuram alcançar a Europa: foco nos afluxos africanos..... | - 53 - |
| III.2.2 Integração nas dinâmicas de mobilidade populacional na Europa do Sul: os casos português e italiano..... | - 55 - |
| CAPÍTULO IV. PLANIFICAÇÃO METODOLÓGICA | - 61 - |
| IV.1 SUMÁRIO, OBJECTIVOS E CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL | - 61 - |
| IV.2 ESQUEMATIZAÇÃO DO PLANO OPERACIONAL | - 63 - |
| IV.3 ENQUADRAMENTO DO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO | - 64 - |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | - 68 - |

Introdução

A presente Memória é o resultado do Trabalho de Projecto sobre ambiente e migrações, realizado enquanto componente não lectiva do Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, durante o ano académico 2009/2010. O objectivo que subjaz a este Trabalho de Projecto é o de desenvolver a problemática da relação entre migrações e ambiente, designadamente através da sua objectivação nos percursos de vida de migrantes ambientais, num projecto de investigação doutoral. O projecto de doutoramento criará a oportunidade para aprofundar a discussão do tema e dos conceitos essenciais (vulnerabilidade, risco e migrante ambiental), bem como para desenvolver trabalho empírico junto de imigrantes (provenientes do contexto africano) que alcançam a Europa (através de Portugal e Itália, onde serão seleccionados os contextos de estudo mais pertinentes), averiguando as situações em que a degradação do ambiente possa ter estado na origem, entre outras causas, da decisão de migrar.

A apresentação da Memória do Trabalho de Projecto desenvolve-se em quatro capítulos. No capítulo I apresentam-se a evolução e justificação do trabalho, o seu objecto e objectivos de estudo, bem como o enquadramento teórico ao nível da ecologia humana, identificando o problema de investigação (formulação e evolução, objectivos de investigação inicial e orientação metodológica, problemas iniciais e hipóteses de trabalho, obstáculos potenciais do projecto de investigação). O capítulo II, respeitante à discussão conceptual, releva e enquadra o marco teórico e conceptual da problemática abordada (ambiente e risco; alterações ambientais, climáticas e vulnerabilidade; migrações, sistemas urbanos, políticas e dinâmicas; migrantes ambientais). Os resultados da investigação exploratória estão patentes no capítulo III, onde se expõe um conjunto de dados empíricos sobre a vulnerabilidade humana às alterações do ambiente (relação entre alterações ambientais e fluxos migratórios, caracterização inicial de migrantes ambientais, exemplo do continente africano) e se procede à identificação exploratória do contexto europeu enquanto destino dos migrantes ambientais (adequação do conceito exploratório à realidade europeia, integração dos casos português e italiano). Por fim, o capítulo IV contemplará a planificação metodológica respeitante à evolução do presente projecto no sentido do seu aprofundamento em contexto de programa doutoral (sumário, objectivos e contribuição potencial; plano operacional; enquadramento do projecto de investigação).

Capítulo I: Identificação do problema de investigação

No primeiro capítulo, tendo em vista a identificação do problema de investigação, procurar-se-á ilustrar o percurso que circundou a sua formulação e evolução ao longo do Trabalho de Projecto, explicitando os objectivos de investigação inicial, a orientação metodológica, os problemas iniciais e hipóteses de trabalho, bem como os obstáculos potenciais do projecto de investigação.

I.1 Formulação e evolução do problema de investigação

O estudo da relação entre migrações e ambiente tem sido alvo de crescente atenção mediática e científica, sendo visível a expansão na literatura sobre fluxos migratórios induzidos por factores ambientais, particularmente no que se refere à preocupação sobre questões respeitantes à vulnerabilidade e às respostas face às alterações climáticas. Um dos principais desafios gerados pela relação entre migrações e ambiente encontra-se ao nível conceptual, designadamente no que respeita à emergência do problema e da figura do migrante ambiental. Trata-se de uma problemática que não reúne consenso no que respeita à definição deste sujeito emergente, o que, na ausência de uma visão concertada no plano científico, implica a existência de uma certa ambivalência estatística que torna difícil a medição do alcance deste fenómeno no campo das migrações. Outros desafios prendem-se, por exemplo, ao nível da avaliação dos impactos ambientais e dos fluxos migratórios, bem como no âmbito da clarificação sobre os mecanismos que ligam as alterações ambientais e climáticas às migrações. Um dos eixos de ligação mais problemáticos concerne à relação entre deslocações induzidas pelo ambiente e temas de segurança, figurando como uma das principais preocupações ao nível internacional.

Inicialmente, foi prevista uma abordagem à relação entre migrações e ambiente através de três dimensões: a tendência migratória em relação a alterações ambientais; o impacto das migrações no ambiente; e a interacção entre migrações, alterações ambientais, segurança humana e conflitos. Porém, ao cabo da primeira fase do trabalho de projecto, respeitante à recolha de informação e primeira sistematização narrativa, foi

possível concluir que seria necessário redefinir o foco do presente problema, dada a profusão de direcções potenciadas pelo dimensionamento inicial. Nesse sentido, a segunda fase projectual, respeitante à redefinição sustentada do problema de investigação e descrição dos resultados da investigação exploratória, foi caracterizada pelo redireccionamento da abordagem à relação entre migrações e ambiente no sentido da sua objectivação através da nova figura internacional do migrante ambiental. Consequentemente, o presente projecto redefine-se na procura de compreender como se pode clarificar a existência e caracterizar o percurso de vida de um migrante ambiental, através da identificação da sua dinâmica enquadrada no contexto de destino europeu.

O enquadramento metodológico do presente projecto, assente numa perspectiva socioecológica e compreensiva sobre o problema em análise, contemplará uma abordagem monográfica e sociohistórica, com recurso à análise documental, legal, histórica e estatística. Tal enquadramento permite reconhecer o estado da arte nos campos temáticos respeitantes ao ambiente (risco, alterações ambientais, alterações climáticas, vulnerabilidade) e migrações (implicações sociais, relevância em contextos urbanos e consequências das políticas migratórias, salientando processos de integração, exclusão e (ir)regularidade). Permite também instaurar um percurso de investigação exploratória sobre a vulnerabilidade humana às alterações do ambiente, confrontando dados empíricos, essencialmente recolhidos ao nível do projecto EACH-FOR¹ (sobre a relação entre fluxos migratórios e alterações ambientais, o comportamento evidenciado pelos sujeitos que a protagonizam e o impacto das alterações ambientais na modelação de vulnerabilidades regionais, salientando-se o exemplo africano). Procurar-se-á igualmente identificar o modo em que o espaço europeu se constitui como contexto de destino de migrantes ambientais (salientando-se os casos português e italiano como potenciais contextos de estudo). O projecto conflui na construção de um itinerário de investigação adequado ao seu posterior aprofundamento. Nesse sentido, a terceira fase do presente trabalho de projecto, concernente à redacção da sua memória, contempla

¹ O EACH-FOR (*Environmental Change and Forced Migration Scenarios*) é um projecto internacional, financiado pelo 6º Programa-Quadro da União Europeia, com resultados acessíveis em www.each-for.eu, e desenvolvido sob a orientação conjunta de instituições tais como: *Universidad del País Vasco; Sustainable Europe Research Institute; United Nations University – Institute for Environment and Human Security; ERCOMER; Innoglobe Kft.; Center on Migration, Citizenship and Environment*. Este projecto, desenvolvido entre 2007 e 2009, pretendia explorar e descrever as causas da migração forçada na relação com alterações ambientais, bem como produzir informação sobre cenários futuros plausíveis no que toca a migrações forçadas induzidas por factores ambientais.

uma necessária abordagem à planificação metodológica conducente ao desenvolvimento da investigação em projecto doutoral.

I.2 Objectivos de investigação inicial e orientação metodológica

O presente projecto pretende contribuir para o delineamento de um percurso investigativo que permita dar resposta a um conjunto de objectivos que circundam o problema principal: *como identificar e caracterizar um imigrante ambiental?*

Consideramos pertinente identificar quais os factores susceptíveis de colocar em risco a sustentabilidade e a segurança humana. A identificação destes factores poderá não só abrir caminho para novos percursos de investigação, como também permitirá conceber um conjunto de intervenções necessárias à sua mitigação precoce ou adaptação progressiva, tendo em vista os mais altos índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida e contrariando aspectos que possam aumentar a vulnerabilidade das populações.

A identificação de factores sociais, económicos e políticos que possam interagir com factores de índole ambiental e aumentar a incidência de deslocações por indução ambiental é também de grande importância. Vários contributos têm sido apresentados no sentido de alertar para a multicausalidade subjacente ao acto migratório; não obstante, os protagonistas da migração por indução ambiental ainda não foram reconhecidos enquanto sujeitos passíveis de asilo ou a uma nova configuração legislativa, o que coloca em situação de extrema vulnerabilidade uma porção crescente da população mundial.

Consideramos necessário ilustrar os percursos migratórios (actuais e potenciais) com origem (motivada ou forçada) nas alterações do ambiente, de modo a permitir uma previsão, por parte do contexto de destino europeu, no que concerne à necessidade de criação de condições de recepção, reconhecimento e acolhimento dos cidadãos em procura de refúgio por pressão ambiental.

No sentido de tornar possível a identificação fundamentada sobre os principais desafios sociais, económicos e políticos que se apresentam aos contextos em análise,

consideramos ser pertinente desenvolver um plano de investigação que implique a observação comparativa de diferentes contextos nacionais na realidade europeia.

A orientação metodológica prevalecente no presente projecto terá como referência central uma abordagem socioecológica alicerçada na ecologia humana, assumindo a sua natureza inter e transdisciplinar e a sua ambiência sistémica e integradora no que concerne às problemáticas das ciências sociais, humanas e ambientais. Assume-se a abordagem da ecologia humana aos níveis intra e interpessoal, desde uma abordagem ecológica do desenvolvimento humano (Lewin, 1935; Bronfenbrenner, 1979) à utilização de princípios ecológicos para a explicação e compreensão da organização social humana (Park & Burgess, 1992). Para tal, subentende-se o carácter central da interacção e interdependência do Homem (enquanto indivíduo, grupo e sociedade) com o ambiente, tomando a adaptação como processo-chave para esta relação (Bubolz & Sontag, 1993).

A ecologia humana, ao permitir a criação de um espaço de investigação permeável à relação entre diversos campos científicos (Quinn, 1940), demonstra disponibilidade para o diálogo com diferentes esferas de acção. Trata-se de uma concepção da ecologia humana enquanto síntese, na medida em que “*unifica todas las ciencias humanas, permitiendo a cada una de ellas encontrar su propio lugar en un estudio generalizado del hombre*” (Bews in Quinn, 1960: 229). Sem salientar, voluntariamente, nenhum ramo de especialização deste campo científico, tomamos como aspecto diferenciador da ecologia humana a espacialidade, na medida em que radica, na sua concepção, da adaptação do Homem ao habitat como processo de desenvolvimento comunitário (Hawley, 1960).

Ao assumir a relação interdependente entre população, ambiente, tecnologia e organização, abre-se caminho à problematização científica do migrante ambiental enquanto actor social resultante de uma interacção crescentemente reforçada entre o complexo social e o complexo ecológico (a partir de Catton & Dunlap in Mela et al., 2001). Desenvolvendo a ideia de base segundo a qual a migração se constitui como procura de estabilização económica e social (Honlinshead, 1940), estudos de pendor sociológico e demográfico da ecologia humana acrescentaram que a migração é o principal mecanismo de mudança social e de adaptação para as populações humanas, tratando-se de um processo de redistribuição para atingir o equilíbrio entre o conjunto populacional e as oportunidades de vida disponíveis (Hawley, 1950; Poston & Bouvier,

2010). A migração em situação de vulnerabilidade por pressão ambiental foi também identificada como estratégia de adaptação humana ao habitat, particularmente em estudos mais recentes (McLeman & Smit, 2006).

A relação entre população e ambiente, na perspectiva de maior pendor demográfico, tem sido equacionada através de um conjunto de proposições teóricas e metodológicas. Partindo do princípio de que se podem identificar indutores demográficos da alteração ambiental com um impacto recíproco nas estruturas sociais e com acção recursiva dessas alterações sobre os próprios indutores, têm sido desenvolvidas perspectivas: lineares (associação directa e causal); multiplicativas (associação de vários factores em cadeia, sem implicação entre eles); sobre variáveis mediadoras (incorporação de factores contextuais – sociais, culturais, institucionais – entre população e ambiente); sobre meios de vida sustentáveis (foco nas dinâmicas familiares e redes sociais, aos níveis micro e mesossistémico); a partir da teoria dos sistemas (relação complexa, intersistémica e recursiva entre população e ambiente, ao exemplo de modelos que relacionam população, segurança alimentar e ambiente); e sobre sistemas de aprovisionamento (*supply systems*, enquanto sistemas socioecológicos, dotados de capacidade de adaptação, que implicam aspectos físico-naturais bem como da esfera social) (Hummel et al., 2009). Consideramos pertinente a explicitação destas possíveis modalidades de relação, na medida em que possam vir a ilustrar a origem de situações de pressão ambiental que motivem processos migratórios, afastando quaisquer pretensões deterministas de foro ambiental ou social.

I.3 Problemas iniciais e hipóteses de trabalho

A construção do presente projecto parte da referenciação de um conjunto de problemas iniciais que possam favorecer uma orientação à pesquisa exploratória. Quais são os mecanismos da vulnerabilidade que aumentam a probabilidade de desencadear processos migratórios em populações pressionadas por factores ambientais? Quais são os principais impactos (políticos, económicos, sociais, ambientais) das migrações por motivação ambiental nos contextos de origem e de destino? A identificação de factores de vulnerabilidade das populações, bem como a atenção a ligações entre ambiente, população e pobreza, permitirão reconhecer regiões ou locais de maior vulnerabilidade,

insegurança e potencial pressão de migrantes ambientais? Tendo as causas globais das alterações do Ambiente consequências particularmente fortes em regiões e populações empobrecidas e vulneráveis, o que podem os organismos internacionais e os países mais desenvolvidos fazer para garantir apoio na mitigação, adaptação e previsão, de modo a que essas regiões possam desenvolver-se e garantir melhores índices de qualidade de vida às suas populações?

A investigação exploratória parte de duas hipóteses de trabalho que auxiliam na consideração e dimensionamento do problema de investigação: (1) uma percentagem da população pressionada por factores ambientais, não obstante a maior tendência para a deslocação entre fronteiras ou em direcção a países vizinhos, poderá estar a reforçar o fluxo migratório com destino à União Europeia, particularmente quando já existam redes internacionais consolidadas em parte do seu território; (2) a passagem da consideração do migrante ambiental como sujeito protegido somente pelos Direitos Humanos, para alvo de medidas políticas concretas e contextuais, requer a explicitação do percurso do sujeito até alcançar e já englobado no contexto de destino/acolhimento.

I.4 Obstáculos potenciais do projecto de investigação

Ao nível de obstáculos potenciais à concretização deste projecto, devemos tomar em consideração a escassez de indicadores ambientais e demográficos em alguns contextos de origem (designadamente no continente africano, onde podemos encontrar fortes níveis de agregação dos indicadores, pouca variedade de âmbitos previstos e ocorrência de falta de validação da informação pelas diversas entidades nacionais) (Henry, 2006). Por outro lado, o fechamento tendencial derivado de algumas condições migratórias, designadamente dos migrantes em situação de irregularidade, poderá vir a dificultar o consequente processo de recolha de informação, pelo que será necessário identificar modos de ligação com actores locais operantes nos contextos em apreço, devendo a relação a estabelecer com entidades governamentais e não governamentais de apoio aos imigrantes ser aprofundada. A intervenção junto a actores próximos aos migrantes, ao exemplo de mediadores socioculturais, poderá auxiliar a ultrapassar o possível obstáculo resultante de problemas de compreensão linguística e cultural entre investigadores e imigrantes.

Capítulo II: Discussão conceptual

No presente capítulo procurar-se-á apresentar o estado da arte no que respeita às problemáticas centrais para reflexão no presente projecto: os conceitos de ambiente e risco e sua importância no quadro das sociedades modernas; alterações ambientais, alterações climáticas e sua implicação na criação de situações de vulnerabilidade; migrações humanas, suas implicações sociais na relação com sistemas urbanos, consagração política e consequências (mais integradoras ou segregativas) das políticas implementadas; e migrantes ambientais, alvo do conceito central para operacionalização no sentido da construção de um projecto de investigação mais aprofundado.

II.1 Ambiente e risco nas sociedades modernas

Na reflexão sobre ambiente e risco nas sociedades modernas procurar-se-á aferir o contributo das ciências sociais e humanas para perspectivar o ambiente, bem como a consequente concepção de risco gerada nas sociedades contemporâneas. A consideração do ambiente nesta reflexão, no entanto, requer que retomemos o contributo histórico de outros campos científicos, designadamente de prevalência físico-natural. Recuemos aos contributos essenciais da ciência moderna.

A Europa ocidental, do século XVI ao século XVIII, foi palco de um considerável desenvolvimento nos conceitos basilares da ciência. Apesar do distanciamento progressivo que se experienciou no intervalo temporal em destaque, a filosofia foi um dos principais motores de esclarecimento e promoção do pensamento científico (Santos, 2007). Pensemos, essencialmente, na metodologia abstracta de análise proposta por René Descartes, estratégia de redução tão central e actual na investigação científica. Encontramos também um conjunto de contributos essenciais à visão científica moderna no campo da física. O modelo heliocêntrico do sistema solar, proposto por Nicolau Copérnico no início do século XVI e desenvolvido por Johannes Kepler e Galileo Galilei quase um século mais tarde, foi um marco essencial. Galileo estendeu a sua colaboração ao iniciar a metodologia empírica no estudo sobre a natureza, visto defender a experimentação como meio de conhecimento. Isaac Newton,

reforçado pela conseqüente evolução da matemática (início do século XVIII), desenvolveu as três leis da dinâmica e a lei da gravitação universal. Abriu o percurso para uma interpretação mecanicista do Universo, que iria constituir o quadro conceptual científico por mais dois séculos ².

Tabela nº1: Contributos iniciais da ciência moderna para a concepção do ambiente

| Contributos iniciais da ciência moderna | | | |
|--|-----------------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| Sécs. XVI a XVIII | Método de investigação científica | Metodologia empírica | Visão mecanicista do Universo |
| Séc. XIX | Causalidade | Incerteza e probabilidade | Mecanismos evolutivos da vida |
| <i>Determinismo ambiental</i> | | | |

Foi esta visão, corroborada pelo rigor matemático vigente, que tornou possível a assunção de posturas deterministas. Anexemos ao determinismo o peso da causalidade, admitida mesmo após a descoberta da incerteza probabilística, bem como a descoberta

² As obras basilares dos autores referenciados são:

Descartes, R. (1637) *Discours de la Méthode – Pour bien conduire sa raison, & chercher la vérité dans les sciences*, Ian Maire. Disponível integralmente em língua portuguesa no site <http://www.intratext.com/X/POR0305.HTM> (12 Maio 2010).

Copérnico, N. (1543) *De revolutionibus orbium coelestium*, Basileae Ex Officina Henricpetrina; título traduzível como “Da revolução das esferas celestes”. Versão original disponível integralmente em http://la.wikisource.org/wiki/Liber:De_revolutionibus_orbium_coelestium (12 de Maio 2010).

Kepler, J. (1609) *Astronomia Nova. Physica coelestis, tradita commentariis De motibus stellae martis, ex observationibus G.V. Tychoonis Brahe*, Pragae.

Kepler, J. (1619) *Harmonices Mundi*, Lincii Austriae, Godofredi Tampachii Bibl. Francof., disponível em http://posner.library.cmu.edu/Posner/books/pages.cgi?call=520_K38PI&layout=vol0/part0/copy0 (12 de Maio 2010).

Kepler, J. (1635) *Epitome Astronomiae Copernicae*, Frankfurt, versão original disponível integralmente em <http://books.google.pt> (12 de Maio 2010).

Galilei, G. (1610) *Sidereus Nuncius*, Veneza, versão original disponível integralmente em <http://www.rarebookroom.org/Control/galsid/index.html> (12 de Maio 2010).

Newton, I. (1687) *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, Londres, versão original disponível integralmente em <http://astro.if.ufrgs.br/newton/principia.pdf> (12 de Maio 2010)

dos mecanismos evolutivos da vida, por Charles Darwin no século XIX ³. O seu contributo, desenvolvido no âmbito da biologia, despertou um forte interesse e foi adaptado pelos campos ético e social, resultando na controversa assunção do darwinismo social. É neste contexto que se observa o esfumar de uma visão mais romântica da natureza, que evolui cientificamente para o determinismo ambiental. Admite-se a existência de uma relação causal entre a estrutura do ambiente e as diversas formas de organização social, os regimes políticos, as tipologias de ocupação do solo ou até as características físicas, morais, de personalidade, de costumes e práticas dos habitantes de determinado contexto.

O ingresso no plano das ciências sociais e humanas requer uma abordagem inicial a Émile Durkheim, figura essencial da reflexão sociológica. Este autor elaborou a primeira definição sistemática da relação entre sociedade e natureza, reconhecendo que “os factos sociais têm uma espécie de alocação física, graças à existência de um substracto, sobre o qual assenta toda a vida social” (Mela et al., 2001: 56). O autor desenvolveu, num conjunto de ensaios desagregados ⁴, a ideia da morfologia social enquanto ramo sociológico essencial para o estudo das bases ambientais da organização social e para o estudo dos fenómenos populacionais, especialmente ao nível do tamanho, densidade e distribuição espacial (Schnore, 1958).

Também Georg Simmel apresentou um contributo importante para a perspetivação sociológica do ambiente, ao considerar a categoria espacial como constitutiva dos fenómenos e da experiência social. Deste modo, encarava o autor, determinadas formas sociais realizam-se em territórios específicos (Simmel, 1986, edição original de 1908). É a acção recíproca entre os sujeitos que preenche o espaço, visto que “*El espacio es una forma que en sí misma no produce efecto alguno. (...) Lo que tiene importancia social no es el espacio, sino el eslabonamiento y conexión de las partes del espacio, producidos por factores espirituales.*” (Simmel, 1986: 644).

³ Atender, essencialmente, a Darwin, C. (1859) *On The Origin of Species – By means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*, London: John Murray.

⁴ O contributo de Durkheim na definição da relação entre ambiente e sociedade assentou, designadamente, na identificação da morfologia social, que o autor foi definindo de um modo disperso na antiga edição da revista parisiense *Année Sociologique*. Ver, a título de exemplo, Durkheim, E. (1897-1898) “Note sur la Morphologie Sociale”, *Année Sociologique*, Vol. II, pp. 520-521.

Podemos considerar que estes foram os contributos essenciais para a constituição de uma abordagem espacialista, ancorada ao nível territorial, no sentido do estabelecimento de uma relação entre formas sociais e formas territoriais, constituindo uma primeira abordagem sociológica de consideração da relação entre sociedade e ambiente.

Ao nível das correntes sociológicas que mais atenderam à relação entre ambiente e sociedade, deve conferir-se destaque à escola de Chicago, palco das primeiras obras sociológicas no campo da ecologia humana ⁵. Procurando aplicar às sociedades humanas as características de comportamento reportadas na ecologia vegetal, através da utilização de conceitos tais como ordem biótica, áreas naturais, princípios de competição, invasão ou simbiose, estes autores construíram uma abordagem ao ambiente como relação. Numa primeira fase, os princípios conceptuais supracitados são aplicados ao estudo da cidade, numa perspectiva pioneira e atenta às profundas transformações urbanas da época, segunda década do século XX. Na referência dos autores,

“The city has been studied, in recent times, from the point of view of its geography, and still more recently from the point of view of its ecology. There are forces at work within the limits of the urban community – within the limits of any natural area of human habitat, in fact – which tend to bring about an orderly and typical grouping of its population and institutions. The science which seeks to isolate these factors and to describe the typical constellations of persons and institutions which the co-operation of these forces produce, is what we call human, as distinguished from plant and animal, ecology.” (Park & Burgess, 1992: 1-2).

Nas décadas seguintes, porém, foi notório o desvanecimento do papel do ambiente, do espaço e do território na reflexão sociológica. Não obstante, esse interesse tornou-se mais premente noutras áreas das ciências humanas, nomeadamente na antropologia. Um autor essencial foi Julian Haynes Steward, focalizando o seu contributo nas décadas de 1940 e 1950, ao conceber a ecologia cultural ⁶. A sua

⁵ Tomamos como obra essencial de referência, organizada por Robert Ezra Park e Ernest Burgess em 1925, *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*, Chicago: The University of Chicago Press.

⁶ Os ensaios e artigos mais relevantes de Steward sobre esta temática foram inicialmente recolhidos em 1955 sob a designação de *Theory of culture change. The methodology of multilineal evolution*, University of Illinois Press. Ver também a obra publicada postumamente em 1977, *Evolution and Ecology: Essays on Social Transformation*, University of Illinois Press.

abordagem metodológica assentava no estabelecimento de relações entre a tecnologia usada na produção e o ambiente em que se empregava, conjugando posteriormente outros padrões comportamentais de subsistência e questionando o modo em que esses padrões influenciavam outros aspectos culturais. De destacar a assunção de uma perspectiva evolutiva multilinear, controversa face à abordagem unilinear da antropologia no século XIX. Salienta-se ainda o contributo para a evolução deste campo científico no sentido de estudar processos de adaptação cultural, sob a alçada da antropologia ecológica (ou antropologia ambiental), que suscitou mais interesse de investigação nas décadas de 1970 e 1990 (Townsend, 2000).

Retomando a reflexão no campo da sociologia, a partir da década de 1950 foi possível observar um novo enquadramento do ambiente, constituído ora como fundamento das interações e dos sistemas, ora como entidade que absorve ou enquadra a organização social humana. Pensemos, primeiramente, nos contributos de Erving Goffman (1993, edição original de 1959) e de Talcott Parsons (durante a década de 1950)⁷. Goffman definiu o ambiente enquanto território, na medida em que pudesse corresponder a um conjunto de cenários da vida real, composto por diversas regiões que, ao servirem para ambientar as interações humanas, perdiam a sua objectividade (Goffman, 1993). Já Parsons definiu o ambiente como o conjunto dos subsistemas com que o sistema de acção social estabelece relações, tratando o sistema social como se a um organismo vivo se assemelhasse. O autor defendeu que o ambiente deve tender para a manutenção do seu equilíbrio, através do funcionamento de quatro imperativos: estabilidade, integração, obtenção de fins e adaptação (Mela et al., 2001).

Na década de 1970 surgem novas posturas sobre a relação entre a esfera social e a esfera natural. A um dado ponto, foi possível observar o retorno de posturas de carácter evolucionista, na medida em que equiparavam a espécie humana aos restantes seres vivos e tomavam a organização social humana como parte do ambiente natural – e, daí, explicável pela ciência biológica. Falamos do paradigma da sociobiologia, definida por Edward Wilson⁸ em 1975 como o “estudo sistemático das bases biológicas

⁷ Referimo-nos às reflexões que Talcott Parsons publicou em 1951, *The Social System*, New York: The Free Press; e em 1956, em colaboração com Smelser, *Economy and Society*, Glencoe: The Free Press.

⁸ Para aprofundar a reflexão sobre esta abordagem, ver Wilson, S. (1975) *Sociobiology. The new synthesis*, Cambridge: Belknap.

de todas as formas de comportamento social em todas as espécies de organismos, incluindo o homem” (in Mela et al., 2001: 64).

Não obstante, e em concordância com a maturação da sensibilidade ambientalista no clima social norte-americano destas décadas, o ambiente é novamente adoptado pela reflexão sociológica mediante um novo paradigma ecológico. Através da crítica ao essencialismo humano e à tendência antropocêntrica da sua reflexão, autores como William Catton e Riley Dunlap⁹ propõem que a sociologia “se ocupe de todo o quadro das relações do homem com o ambiente, tanto no plano cognitivo como no plano dos comportamentos e das relações materiais” (Mela et al., 2001: 66). Os contributos mais importantes situam as vivências humanas como interdependentes dos ecossistemas, através da recusa do determinismo ambiental e propondo a consideração de um complexo ecológico que compreende não só o complexo social, como também o ambiente físico-natural e o conjunto das interrelações dos dois complexos. Numa perspectiva enquadrada na ecologia humana, focaliza-se a análise sociológica no conjunto dos quatro elementos que fundamentam o acrónimo POET: população, organização, ambiente (*environment*) e tecnologia.

Nas décadas de 1980 e 1990 pudemos assistir ao aparecimento de duas interpretações relevantes sobre o ambiente: a abordagem neomarxista e a abordagem sistémica. De salientar, no entanto, que a primeira abordagem se sustentou numa vertente inicial de maior pendor político para construir conseqüentemente a sua vertente teórica. James O’Connor (1991) foi uma das figuras centrais neste processo, na medida em que suscitou a reinvenção da teoria marxista do capitalismo na interpretação da crise ambiental nas sociedades capitalistas contemporâneas¹⁰:

“Marx creyó que la agricultura capitalista arruinaba la calidad de la tierra. También puso de manifiesto que las malas cosechas [entendidas como deficiências nas condições de produção ou condições naturais] tomam la forma de una crisis económica. (...) Marx nunca sumó dos y dos para argumentar que los «límites naturales» podrían ser barreras producidas por el sistema capitalista, y que podría

⁹ Patente em Catton, W. & Dunlap, R. (1978) “Environmental Sociology: A New Paradigm”, *The American Sociologist*, Vol. 13, pp. 41-49; – (1980) “A New Ecological Paradigm for Post-Exuberant Sociology”, *American Behavioral Scientist*, Vol. 24, No. 1, pp. 15-47.

¹⁰ O seu contributo de maior longevidade foi a criação da revista *Capitalism, Nature, Society*, posteriormente editada em castelhano sob a designação de *Ecología Política* (acessível em <http://www.ecologiapolitica.info>).

haber una contradicción en el capitalismo que lleva a una teoría «ecológica» de la crisis y la transformación social.” (O’Connor, 1991: 115).

No que concerne à vertente teórica, o contributo que destacamos é o de Peter Dickens, que sintetizou influências marxistas clássicas e posturas mais actuais no sentido do realismo crítico e da sociologia do risco¹¹. O autor situa as sociedades humanas como parte de uma entidade natural que as supera, considerando desejável ultrapassar a divisão entre ciências físico-biológicas e histórico-sociais. Considera a natureza como a entidade de que o homem faz parte originalmente, admitindo que, na relação com a natureza, o homem transforma o ambiente e transforma-se a si mesmo, através da consciência crescente das interações com outras espécies e com a natureza inorgânica. Procura, ainda, explicitar as razões que subjazem às relações alienadas entre as sociedades e a natureza, bem como os modelos socioeconómicos que as determinam.

Uma perspectiva consideravelmente diferente foi desenvolvida por Niklas Luhmann, sociólogo alemão que partiu do conceito de sistema para reflectir sobre a sociedade e o ambiente. Não falamos, no entanto, da concepção de sistema defendida por Talcott Parsons, para o qual os sistemas se definiam através da presença de normas e padrões partilhados por uma colectividade. Para Luhmann, o sistema forma-se em relação, e o que extrapola a sua fronteira constitui-se como ambiente. No entanto, esse mesmo ambiente substancia-se num estímulo à comunicação social, não significando uma fonte real de comunicação (Bechmann & Stehr, 2002). Se na sua reflexão sobre comunicação ecológica o autor aplica a teoria dos sistemas aos problemas ambientais, desenvolvendo o contributo prévio de Gregory Bateson no sentido da constituição ecológica da comunicação (Mathur, 2008), na sua consequente teorização do risco o autor defende que este conceito projecta aspectos essenciais da nossa descrição do futuro para o tempo presente, não existindo qualquer decisão ou comportamento livre de risco¹².

¹¹ Ver Dickens, P. (1992) *Society and Nature. Towards a Green Social Theory*, Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

¹² As obras que mais concernem à problemática ambiental são Luhmann, N. (1986) *Ökologische Kommunikation. Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen?*, Opladen: Westdeutscher ; – (1991) *Soziologie des Risikos*, Berlim: Walter de Gruyter & Co.

Ingressamos, assim, na questão da representação do risco nas sociedades modernas, contexto em que a percepção social das ameaças e das necessidades de defesa é construída a partir de pressupostos de controlo tecnológico, designadamente através de medidas de prevenção e de mitigação de efeitos indesejados. Nesta reflexão devemos acrescentar que o carácter ameaçador do ambiente – percebido tanto ao nível de processos naturais como por efeitos de antropização – é crescentemente representado como produto de decisões humanas, o que nos permite utilizar a categoria do risco para interpretar a ameaça ambiental nas sociedades modernas.

O conceito de risco difere do de perigo na medida em que este último concebe possíveis prejuízos derivados de factores que são externos ao sistema social, enquanto que se atribui ao risco uma associação próxima a factores derivados da decisão humana, motivada por forças sociais.

Conforme sintetizam Mela, Belloni e Davico,

“há risco quando se perspectivam acontecimentos negativos futuros e quando esses acontecimentos se consideram contingentes, mas também de algum modo previsíveis, e quando é possível confrontar as vantagens que se espera obter através de decisões oportunas, com os prejuízos que se teme provocar.” (Mela et al., 2001: 161).

Ao nível da elaboração teórica do risco, começamos por destacar o contributo da antropóloga Mary Douglas e do politólogo Aaron Wildavsky¹³. Os autores analisam o risco enquanto elemento de um sistema cultural, sujeito a codificações e definições divergentes mediante a cultura em que seja produzido, o que influencia o modo em que é percebido. Consequentemente, irá favorecer normas de organização social e estabelecer modalidades de atribuição de culpa e de censura na eventualidade de os riscos se tornarem danos efectivos. Salienta-se o risco, não como entidade objectiva, mas sim na sua facção mais subjectiva e orientada individualmente pela presença de instituições sociais.

¹³ Ver, nomeadamente, a sua obra conjunta Douglas, M. & Wildavsky, A. (1982) *Risk and Culture. An essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*, Berkeley/Los Angeles/New York: University of California Press.

Mary Douglas aprofundou a sua abordagem ¹⁴, até propor um conjunto de tipos fundamentais de estruturas organizativas e institucionais das várias culturas, que originariam, por consequência, diferentes concepções de risco. Se uma cultura se rege por uma estrutura burocrática (de pendor mais administrativo, tradicionalista e prescritivo ao nível comportamental), tenderá a observar o risco numa perspectiva temporal de longo prazo, sendo provável que explique o risco ou o dano através da afirmação reforçada sobre o poder das suas autoridades. No entanto, se a cultura em apreço for mais permeável a estruturas de mercado, orientada pela liberdade individual de negociação (com forte consideração do individualismo e do carisma individual, da competição e do pragmatismo face à resolução de problemas), o risco tenderá a ser avaliado a médio prazo, com confiança na potencial resposta tecnológica e diminuindo o poder de alguns líderes (que tenham originado a ascensão do risco ou dano) para reforçar o poder de outros. Por fim, se determinada cultura se orientar por estruturas de associação voluntária, em contextos de forte coesão social de grupos organizados (com tendencial reforço da distinção entre o grupo e o mundo exterior), o risco tenderá a ser associado à presença de forças dominantes externas, com danos resultantes de um possível efeito de *complot*, o que resulta de – e num crescente – descrédito sobre organizações burocráticas e instituições de mercado, produzindo um efeito de amplificação do risco.

A postura desta autora pode ser relacionada com um conjunto de reflexões de cariz antropológico, onde se procurou esclarecer a diversidade de concepções da natureza e consequente percepção dos riscos naturais. Podem, a este respeito, ser considerados quatro tipos de entendimento: o fatalista, que considera a natureza imprevisível e incontrolável; o expansionista, segundo o qual a natureza reage a impulsos humanos, conduzindo ao equilíbrio; o comunitarista, que manifesta receio do afastamento face ao equilíbrio natural, prevendo danos irreversíveis; e o dirigista, que admite a força da natureza até certos limites, favorecendo uma postura de desenvolvimento controlado (Mela et al., 2001).

Um outro contributo importante deste campo científico foi protagonizado pela antropologia ambiental, na sua reflexão sobre o risco e o desastre. Este ramo evidenciou o carácter complexo da relação entre problemas sociais e naturais, na medida em que se

¹⁴ Ver, por exemplo, Douglas, M. (1992) *Risk and Blame*, London/New York: Routledge.

pode observar que os desastres naturais se relacionam com o contexto cultural em que ocorrem, bem como os desastres sociais têm causas e consequências no ambiente natural ¹⁵. O desastre é aqui entendido como a manifestação extrema do risco, concentrada no tempo e no espaço, sendo importante, designadamente no campo da reflexão antropológica, observar o modo como as sociedades gerem os desastres (Townsend, 2000).

Para retomarmos o contributo do campo sociológico para a consideração do risco, afigura-se necessário expor duas posturas que se afirmaram na sociologia alemã a partir dos anos 80 do século XX: a já mencionada visão sistémica e crítica de Luhmann, por um lado; e a visão de Beck, que se desenvolveu até à consideração da prevalência de uma sociedade do risco (Beck, 2005).

Para clarificarmos a visão de Niklas Luhmann sobre o risco, devemos atender essencialmente à concepção social que o autor atribui ao mundo moderno, bem como a preocupação crítica conferida à sociologia no sentido de precaver potenciais posições simplistas sobre os problemas que se ligam a riscos ambientais. Luhmann interpreta a existência do risco nas sociedades modernas à luz do sentido de temporalidade por elas vivenciado, através da centração no presente, reflexão sobre o passado e preocupação decisória face ao futuro, reduzindo o carácter de aleatoriedade no curso de vida previamente aceite. À existência de múltiplas alternativas corresponde o surgimento de múltiplos poderes de decisão, o que cria uma situação em que os riscos endógenos/internos ao próprio sistema social adquirem um estatuto de elevado perigo, ao que se associam os riscos exógenos/externos. Dada a complexidade dos fenómenos nos tempos modernos, o sociólogo alerta para a dificuldade de previsão dos efeitos ambientais ligados a qualquer decisão e para o risco acrescido que a decisão constitui ao se tornar objecto de comunicação social – não sendo possível garantir, por isso, que a comunicação auxilie o processo de consideração sobre os riscos a correr.

A reflexão sobre a sociedade do risco, conforme é identificada e desenvolvida por Ulrich Beck ¹⁶, constitui um marco importante na consideração do risco e seu enquadramento societal. Este autor defende que o risco moderno deve ser considerado

¹⁵ Tomamos como exemplo de trabalho desenvolvido neste âmbito Shaw, R. (1992) “«Nature», «Culture» and Disasters: Floods and Gender in Bangladesh”, pp. 200-217; in Croll, E. & Parkin, D. (Eds.) *Bush Base: Forest Farm*, London: Routledge.

¹⁶ Ver Beck, U. (1986) *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*, Frankfurt am Main: Suhrkamp; versão traduzida (2005) *Risk Society. Towards a New Modernity*, London: Sage.

como produto de decisões de foro essencialmente político-económico, em detrimento das decisões múltiplas e subjectivas defendidas por Luhmann.

Tabela nº 2: Síntese das perspectivas sobre ambiente e risco nas sociedades modernas

| Contributos das ciências sociais e humanas | |
|---|--|
| Fim séc. XIX | Durkheim Morfologia social, substracto como locação dos factos sociais |
| Início séc. XX | Simmel Categoria espacial intrínseca aos fenómenos e experiências sociais |
| | <i>Relação sociedade/ambiente ancorada no espaço e território</i> |
| Anos 20-30 séc. XX | Escola de Chicago Ecologia humana e urbana Ambiente como relação, interpretado através de conceitos da ecologia vegetal |
| Anos 40-60 séc. XX | Steward Ecologia cultural, relação entre tecnologia, ambiente e padrões de subsistência e sua influência nos aspectos culturais Parsons Ambiente em relação com o sistema social, sendo o sistema social estudado como um organismo vivo por análise sistémica Goffman Ambiente como território e cenário onde se ambientam as interacções humanas |
| Anos 70-80 séc. XX | Wilson Sociobiologia, estudo do comportamento social a partir das bases da biologia Catton, Dunlap Novo paradigma ecológico, crítica ao antropocentrismo Consideração de um complexo ecológico que compreende a esfera social, a esfera físico-natural e suas interacções |
| Anos 80-90 séc. XX | Abordagem neomarxista O'Connor – explicação da crise ambiental pela teoria do capitalismo Dickens – imersão do homem no ambiente, com transformações recíprocas e consciencialização das relações alienadas e modelos determinantes Abordagem sistémica Luhmann – aplicação da teoria dos sistemas aos problemas ambientais, comunicação ecológica |
| Risco | Luhmann Criação de riscos endógenos ao sistema social pela multiplicação de poderes de decisão, perigo na comunicação do risco Douglas Risco como elemento de um sistema cultural, variável conforme as estruturas organizativas/institucionais de cada cultura Antropologia ambiental Relação recíproca entre problemas sociais e naturais, desastre como manifestação extrema do risco Beck Risco como produto de decisões político-económicas, carácter global gera sociedade do risco, divulgação origina reflexão geral positiva Giddens Globalização do risco, ameaça ecológica como resultado de actividades sociais espacialmente dispersas, dificuldade no efeito de tranquilização |

A sociedade industrial terá evoluído, segundo Beck, de uma sociedade de classes para uma sociedade do risco, tendo o risco assumido um papel democratizante das desigualdades na medida em que surge numa dimensão global e não delimitável, ameaçando todo e qualquer grupo social. Não obstante, a resposta ao risco ambiental varia segundo a vulnerabilidade das populações que o enfrentam, não produzindo uma situação de igualdade nem de pacificação da espécie humana. No âmbito da sociedade do risco, o complexo industrial procura um efeito de tranquilização permanente, contrabalançado pelos órgãos da comunicação social, ao divulgarem celeremente todo o dano produzido e solicitando uma reacção por parte da sociedade civil. Beck acredita no carácter positivo da divulgação e reflexão crítica alargada sobre o risco e potenciais alternativas, na medida em que possa significar um novo direccionamento, às escalas individual e global, de pendor ecologicamente fundamentado.

Consideremos a globalização à luz dos cinco sentidos propostos por Scholte (Najam et al., 2007): globalização enquanto internacionalização (crescimento das trocas e interdependências internacionais), liberalização (remoção de restrições governamentais sobre os movimentos entre países), universalização (expansão de ideias, aspirações e experiências por todo o mundo), modernização/ocidentalização (propagação mundial das estruturas sociais da modernidade, tais como o capitalismo e a industrialização, o que resulta no enfraquecimento das culturas específicas e dos processos de auto-determinação locais) e desterritorialização (necessidade de reconfiguração da geografia, já que o espaço social deixa de se restringir ao nível de locais, distâncias e fronteiras territoriais). Quais os riscos ambientais e quais os desafios que podem ser gerados a partir do quadro da globalização contemporânea?

II.2 Alterações ambientais, alterações climáticas e vulnerabilidade

Para um enquadramento das alterações ambientais e climáticas num cenário de globalização do risco ecológico, identificamos a vulnerabilidade como o complexo de variáveis que nos permite avaliar a sensibilidade dos sistemas naturais e sociais às mudanças operadas. Retomamos o cenário da globalização do risco ambiental, na medida em que este deixa de se confinar, tanto na origem quanto no efeito, a um

complexo territorial restrito e bem definido, constituindo uma ameaça mundial cuja resposta irá variar segundo a vulnerabilidade dos sistemas em que possa ocorrer (Beck, 2005; Giddens, 1990).

Consideramos que o risco ecológico contemporâneo subsiste na congregação de múltiplos factores, sendo pertinente considerar o contributo das alterações climáticas (produto da evolução natural do planeta, mas também, e particularmente desde o início do século XX, de origem antropogénica) como também de outras alterações ambientais (que compreendem processos de alteração ambiental gradual, eventos ambientais extremos, projectos de desenvolvimento infraestrutural e acidentes industriais). Os sistemas naturais e sociais onde estas alterações são vivenciadas podem ser analisados pelo seu grau de vulnerabilidade, já que esta categoria considera o nível de exposição, a sensibilidade e a capacidade de adaptação de um sistema (Santos, 2007).

O clima do planeta Terra, com variações profundas desde o início da formação atmosférica (há mais 4 500 milhões de anos), tem sofrido alterações motivadas por factores tais como o movimento das placas tectónicas, a constituição e erosão de montanhas e as alterações nas correntes oceânicas (ao nível do transporte de energia térmica). Estas alterações são induzidas por forças astronómicas que resultam de ligeiras variações na excentricidade da órbita da Terra à volta do Sol. A órbita elíptica terrestre faz-se sentir, em escala temporal reduzida, na alteração sazonal; em escala temporal mais vasta, conduz à sucessão de glaciações terrestres¹⁷. Actualmente vivemos num período interglacial caracterizado por uma forte estabilidade da temperatura (variação menor que 1° C por século, nos últimos 8 000 anos) em valores elevados, o que terá criado as condições favoráveis ao desenvolvimento das civilizações humanas nos últimos 6 000 anos (Santos, 2007; Jansen et al., 2007).

O surgimento, desenvolvimento e permanência de formas de vida na Terra dependeu e depende da presença de gases com efeito de estufa (GEE's) na atmosfera, sendo responsável pelo equilíbrio das radiações e pela consequente manutenção da temperatura média global troposférica nos 15° C (na ausência de GEE's, a temperatura cifrar-se-ia nos -18° C). Este efeito de estufa natural não contempla, porém, as emissões antropogénicas de dióxido de carbono (CO₂, resultante da queima de combustíveis

¹⁷ Vários estudos sobre as variações da órbita terrestre em torno do Sol (conhecidas como forças de Milankovitch) estão arquivados no *NOAA Paleoclimatology Program*, acessível em <http://www.ncdc.noaa.gov/paleo/forcing.html>, consultado a 17 Maio 2010, 17h.

fósseis), metano (CH₄, proveniente da produção agrícola e pecuária), óxido nitroso (N₂O, procedente de actividades agrícolas e industriais), clorofluorcarbonetos e hidrofluorcarbonetos (CFC e HCFC, utilizados num conjunto de actividades industriais). O aumento significativo da concentração atmosférica de GEE's por indução humana tem vindo a perturbar o equilíbrio das radiações da atmosfera, com sequelas ao nível do aquecimento global e, conseqüentemente, das alterações climáticas (Santos, 2007; Forster et al., 2007).

Em 2007, ano em que lhe foi atribuído um Prémio Nobel da Paz, o IPCC (*Intergovernmental Program on Climate Change*) publicou o seu quarto relatório sobre alterações climáticas. Apoiando-se num conjunto vasto de investigações sobre a temática (Solomon et al., 2007; Parry et al., 2007; Metz et al., 2007), foi considerada a existência de consenso científico sobre a rapidez e o carácter ameaçador das alterações climáticas induzidas por pressão humana, que levou os representantes da UNEP (*United Nations Environment Program*) a solicitar uma resposta política e pragmática em situação de forte urgência.

O quarto relatório do IPCC projecta um aumento de temperatura de 0.2° C para cada intervalo de duas décadas, bem como uma subida do nível médio das águas do mar entre os 18 e os 58 cm, assumindo valores superiores no caso de o degelo prevalecer e de a temperatura global continuar a subir. Se as emissões antropogénicas prevalecerem, o degelo far-se-á sentir com particular força até ao final do século XXI, sobretudo nas regiões do Ártico e do Antártico (diminuição na ordem dos 7,1% do mínimo estival por década). Também a camada de neve deverá diminuir, particularmente na primavera, acompanhando a ocorrência de eventos extremos e ondas de calor, a duração e a intensidade da seca nas regiões tropicais e subtropicais, bem como a intensidade das tempestades e dos ciclones tropicais (que deverão, porém, diminuir de número), com picos de velocidade do vento e precipitação mais intensa como consequência do aquecimento das águas oceânicas (Parry et al., 2007).

A partir da segunda metade do século XX, várias foram as iniciativas que espelharam a preocupação e mediatização crescentes sobre questões ambientais e alterações climáticas. Não obstante, podemos identificar um estado de impasse ao nível das acções de política internacional sobre o aquecimento global. Se a Conferência do Rio, de 1992, permitiu antever a possibilidade da criação de uma plataforma de acção

concertada no combate às alterações climáticas, o Protocolo de Quioto¹⁸ veio explicitar a posição antagónica de um conjunto de entidades, sendo de salientar a oposição inicial dos Estados Unidos da América e da Rússia em ratificar o protocolo (Cline, 2004). O acordo climático resultante da última Conferência das Partes, realizado em Copenhaga no final de 2009, emergiu do consenso entre os Estados Unidos, China, Índia, Brasil e África do Sul, mas o seu alcance viu-se diminuído pela mera constituição do documento enquanto acordo não vinculativo, nem legalmente nem politicamente. É um acordo de associação voluntária e sem compromissos quanto a metas efectivas para a redução de emissões de CO₂ ou para a contenção do crescimento.

Ainda que já pouco se questione o papel do Homem nas alterações climáticas, o debate prevalece sobre o que fazer para o contrariar e quais as prioridades de intervenção em contexto de crise global. A este respeito, salientamos o contributo do Consenso de Copenhaga¹⁹ ao problematizar o soberbo investimento aplicado ao ambiente e às alterações climáticas, em detrimento de uma acção direccionada à identificação e resposta às efectivas prioridades que a humanidade enfrenta (dos problemas às soluções). Solicita-se, assim, que a atenção internacional recaia não só nas alterações climáticas (e sem espartilhar os seus sintomas: depleção da camada de ozono, de recursos aquáticos e energéticos, perda de biodiversidade e vulnerabilidade a desastres naturais, por exemplo, não deveriam ser objecto de destrinça), mas também em problemáticas tais como as doenças comunicáveis, os conflitos e a proliferação de armamento, o acesso à educação, a instabilidade financeira, os problemas de governação e corrupção, a fome e má nutrição, as migrações, o saneamento e disponibilização de água potável e os subsídios e barreiras comerciais (Lomborg, 2004).

Apesar do forte risco representado pelas alterações climáticas, outras dimensões devem ser contempladas na análise das ameaças ambientais no mundo contemporâneo. A difícil distinção entre o que possam ser fenómenos de causalidade claramente natural

¹⁸ O Protocolo de Quioto, acordo internacional no âmbito das Nações Unidas, tem como principal característica o estabelecimento de metas obrigatórias no sentido da redução da emissão de gases com efeito de estufa, implicando o comprometimento de vários países industrializados e europeus. O seu texto está disponível online em http://unfccc.int/essential_background/kyoto_protocol/items/1678.php, e o relatório da Conferência de Copenhaga em <http://unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/eng/11a01.pdf>.

¹⁹ O Consenso de Copenhaga (<http://www.copenhagenconsensus.com>) é um *think-tank*, dirigido por Bjorn Lomborg, que comissiona investigação no sentido de analisar as melhores possibilidades para combater os principais problemas enfrentados pela humanidade, promovendo uma abordagem com base na ciência económica de modo a garantir que, com recursos limitados, se alcança o maior bem possível, tanto para as populações como para o planeta.

ou produto de combinações entre factores humanos e naturais implica, portanto, que consideremos outras esferas de alteração ambiental. Stojanov (2004) propõe uma tipologia de razões ambientais que implicam a segurança humana. Nesta tipologia são contemplados desastres naturais, alterações graduais e cumulativas do ambiente, acidentes industriais ou causados involuntariamente, projectos de construção (desenvolvimento) e situações de conflito e guerra. Os motivos elencados representam elevados impactos ambientais e humanos, nomeadamente ao nível da perda de ecossistemas e biodiversidade, implicam alterações físicas e químicas e destruição de recursos, aumentam o risco de incorrer em novos desastres humanos e naturais e implicam a deslocalização e empobrecimento de populações (Allin, 2004).

Os desastres naturais – inundações, sismos, erupções vulcânicas, tempestades e ciclones temporais –, em primeiro lugar, são tendencialmente caracterizados por alterações rápidas nos sistemas, sendo que o seu efeito devastador irá variar, mais do que pela severidade do desastre, em consonância com a sensibilidade e capacidade de resposta das populações afectadas. Tomamos como exemplo da história recente o terramoto de Sumatra-Andaman conjugado com o tsunami do Oceano Índico em 2004. Indonésia, Sri Lanka, Índia, Tailândia, Somália, Myanmar, Maldivas, Malásia, Tanzânia, Seicheles, Bangladesh, África do Sul, Iémen, Quénia e Madagáscar foram afectados, tendo sido estimadas 230 210 mortes, 125 000 vítimas, 45 752 desaparecidos e cerca de 1,69 milhões de deslocados, um dos eventos mais mortíferos e trágicos da história, dada a associação de dois desastres naturais (Lay et al., 2005). Burton, Kates e White (1978) identificaram os aspectos em que um desastre natural mais afecta as populações humanas, designando a este respeito a magnitude, a frequência, a duração, a extensão, a velocidade, a dispersão espacial e o espaçamento temporal dos fenómenos.

Uma outra situação diz respeito às alterações graduais e cumulativas do ambiente, onde se inclui uma porção considerável dos efeitos do aquecimento global, bem como processos de desertificação, degradação e erosão dos solos, situações de seca, fome e insuficiência de água potável e da subida do nível médio das águas do mar. Estas situações apresentam, frequentemente, traços cumulativos, já que aos processos naturais se acrescentam alterações resultantes de actividades humanas. Estas alterações podem relacionar-se com situações de conflito e guerra (onde se salientam a criação de dispositivos bélicos biológicos, a destruição do ambiente natural e o conflito por recursos naturais), que podem espelhar tanto a causa quanto o efeito de problemas

ambientais. Podemos encontrar casos históricos de conflitos por recursos naturais, por exemplo, na Turquia (que ameaçou a Síria e o Iraque com restrição do fluxo do rio Eufrates, como pressão política contra os curdos separatistas), no Golfo Pérsico (onde ocorreu a descarga intencional de petróleo durante a Guerra do Golfo) e na Somália (onde foram destruídos sistemas de irrigação como factor de pressão durante os conflitos) (Lonergan, 1998). A crise de Darfur, no Sudão, foi intensificada pela conjugação de alterações cumulativas nos ecossistemas com outros determinantes políticos e socioeconómicos (a erosão de recursos naturais e a redução nos padrões fluviais contribuiu para a desertificação e desestruturação de uma sociedade pastoral que se viu obrigada a deslocar-se para o sul em procura de pasto, motivando uma série de conflitos inter-comunitários e abrindo caminho a uma crise social e humanitária – Boano et al., 2008; Brown, 2009). Planos de modernização e realojamento podem também ilustrar conflitos com implicações ambientais, como é exemplo o programa *Transmigrasi* na Indonésia (o plano de modernização de Suharto representou um elevado custo ambiental e humano, ao forçar a ocupação de terras por populações deslocadas de regiões sobrepovoadas, promovendo a agricultura intensiva em detrimento da agricultura de subsistência e regimes de caça dos povos indígenas, o que resultou na devastação do ambiente e empobrecimento das populações; os conflitos entre grupos indígenas e recém-chegados tornaram-se violentos, auxiliados por factores políticos – estabelecimento militar de Java –, económicos e demográficos) (Kolmannskog, 2008).

Numa categoria divergente mas igualmente causadora de forte impacto no ambiente que sustenta as populações, surgem os acidentes industriais ou causados involuntariamente, onde se incluem acidentes nucleares, acidentes em complexos industriais (por exemplo, em indústrias químicas), acidentes com transportes e situações de poluição ambiental (poluição aquática, dos solos e do ar). Refira-se, a este respeito, que só no período compreendido entre 1986 e 1992 ocorreram mais de 75 acidentes químicos, provocando a morte de cerca de 4000 pessoas, 62 000 vítimas e 2 milhões de deslocados (a maioria em modalidade temporária, ainda que os locais de acidente continuem a representar diversos impactos ao nível da saúde das populações e territórios) (Lonergan, 1998). Citemos, a título de exemplo, o acidente nuclear de

Chernobyl²⁰, ocorrido na Ucrânia em 1986. Estima-se que, actualmente, 5 milhões de habitantes da Bielorrússia, da Rússia e da Ucrânia estejam contaminados com radionuclídeos devido ao acidente nuclear ocorrido há mais de duas décadas. Destes habitantes, cerca de 200 000 – especialmente elementos de equipas de emergência e socorro que operaram em 1986 e 1987 – estiveram expostos a altos níveis de radiação, o que lhes aumenta a probabilidade de desenvolvimento cancerígeno e/ou morte. Porém, o principal problema de saúde pública identificado respeita a problemas de saúde mental, produto de experiências profundamente traumáticas de deslocação e realojamento e da estigmatização do local e dos sujeitos que o habitam, ao que se acrescentam outros problemas de contaminação aquática e terrestre (Hoffman & Fleming, 2005). Um outro exemplo foi o acidente da *Union Carbide* em Bhopal²¹, ocorrido na Índia em 1984. O vazamento de gás, cuja origem prevalece em discussão, afectou cerca de 520 000 pessoas expostas nas imediações, das quais cerca de 2000 perderam a vida nas primeiras semanas e mais de 100 000 ficaram permanentemente lesionadas. O impacto inicial no local, caracterizável por uma imagem dantesca, implicou a morte da quase globalidade do gado e dos animais domésticos na região, alterou fortemente a paisagem e provocou um surto de doenças, essencialmente do foro respiratório, dermatológico e oftalmológico, que obrigou a uma célere resposta por parte das entidades de saúde locais (que não conseguiram, porém, manter actualizados os registos de vítimas e óbitos) (Eckerman, 2001).

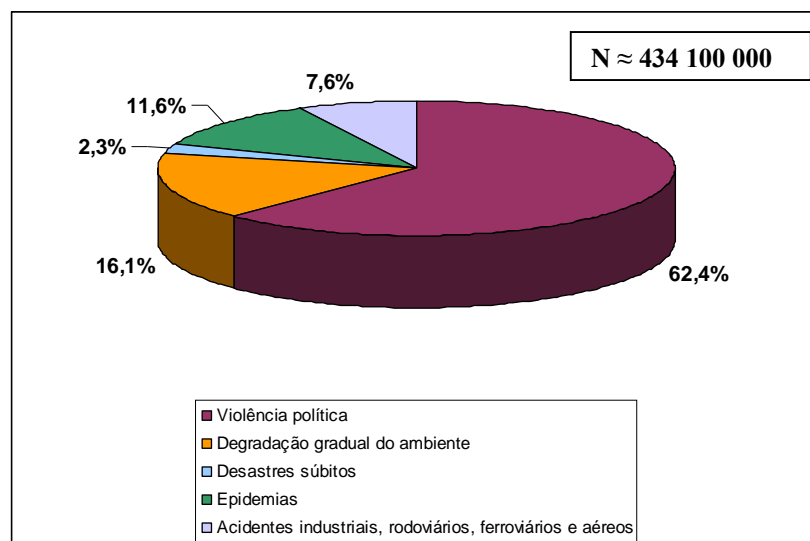
Entre os projectos de “desenvolvimento”, podemos citar o exemplo da construção de mega-infraestruturas (como as barragens), de canais de irrigação ou a extracção de recursos naturais, que impossibilitam a prevalência das condições e locais de vida de uma crescente percentagem da população mundial. Destaquemos, para exemplificação, o caso da grande barragem *Three Gorges* no rio Yangtze, na China. Descurando avaliações do impacto humano e ambiental, histórias de insucesso no realojamento populacional e falhas ocorridas em megaconstruções implementadas no passado neste país (em 1975, devido a falhas na construção de barragens, morreram

²⁰ O estudo mais recente e actualizado sobre os impactos do acidente de Chernobyl, de Kinley, D. (Ed.) (2006) *Chernobyl's legacy: Health, Environmental and Socio-Economic Impacts and Recommendations to the Governments of Belarus, the Russian Federation and Ukraine*, The Chernobyl Forum 2003-2005, Second revised edition, Vienna: International Atomic Energy Agency Division of Public Information, está disponível online em <http://www.iaea.org/Publications/Booklets/Chernobyl/chernobyl.pdf>, consultado a 24 de Maio de 2010, 15h.

²¹ Um estudo mais aprofundado foi apresentado na Índia por Eckerman, I. (2005) *The Bhopal Saga. Causes and Consequences of the World's Largest Industrial Disaster*, Hyderabad: Universities Press.

cerca de 230 000 pessoas; no ano 2000 estimou-se que 46% dos 10 milhões de cidadãos deslocados por projectos de construção de barragens na China vivia em situação de extrema pobreza, em locais com frequentes crises de produção de alimentos e fortes níveis de toxicidade na água), este projecto tem vindo a ser concretizado nos últimos anos. Segundo a World Commission on Dams (in Allin, 2004), prevê-se a perda de florestas e vida selvagem, emissão de gases com efeito de estufa, perda de biodiversidade aquática (com espécies em risco de extinção, tais como o golfinho do rio chinês), criação de *wetlands*, impactos cumulativos na qualidade da água (o rio Yangtze atravessa uma região bastante industrializada, sofrendo alterações físicas e químicas provocadas por descargas e explosões), alteração de padrões fluviais, de temperatura e oxigénio na água, bem como a ruptura de ecossistemas de água salgada no delta do rio. Apesar das previstas vantagens no controlo de inundações, navegabilidade e disponibilidade de energia e água, está a proceder-se à construção de uma infraestrutura que aumenta a possibilidade de ocorrerem terremotos no local, sendo que 45% dos custos da sua construção referem-se a projectos de compensação e realojamento da população. Num contexto de grupos populacionais vulneráveis (essencialmente mulheres e crianças), associado à perda de património social e arqueológico, prevêem-se 2 milhões de pessoas deslocadas, a perda de 4000 aldeias, 140 vilas, 13 cidades e cerca de 500 Km² de terras de cultivo (Allin, 2004; Stojanov & Novosák, 2006).

Figura nº 1: Mortes por tipologias de desastre durante o século XX (1900 a 1999)



Para além do impacto no ambiente e dos elevados custos económicos ao longo do século XX, estas situações foram responsáveis por inúmeras perdas humanas (Figura

nº 1) ²². A violência política surge como inevitável razão prioritária para a morte em situação de desastre, num século marcado por duas guerras mundiais, entre muitos outros conflitos, por vezes associados a processos de competição por recursos naturais. Porém, se analisarmos a disparidade observada entre desastres por degradação gradual do ambiente (onde se consideram processos de seca e erosão dos solos conducentes a situações de fome, por exemplo), aos quais se atribui 16,1% das mortes, e desastres súbitos (tais como terremotos, tempestades e erupções vulcânicas), em que o valor percentual reduz para 2,3%, é-nos possível concluir que os desastres derivados de fenómenos preponderantemente naturais não constituem a principal ameaça à humanidade. Os principais riscos socioecológicos advêm, pelo contrário, da implicação da esfera humana e social (Wisner et al., 2005). É possível, então, inferir que a ampliação do risco e a sua concretização como desastre não dependem tanto da severidade imediata do acidente, quanto do modo em que os sistemas em que este ocorre, apesar da exposição a que são sujeitos, se manifestem sensíveis e com capacidade de adaptação. Falamos do conceito de vulnerabilidade, em particular na sua aplicabilidade ao campo social.

A vulnerabilidade face a ameaças ambientais tem sido alvo de pesquisa e teorização desde a década de 1980, através da *vulnerability science* (Carvalho, 2009). A sua origem conceptual derivou das tradições de pesquisa sobre risco e desastre, ao nível da geografia humana, bem como sobre o desenvolvimento e a pobreza, sob a perspectiva político-económica. A escola de Chicago proporcionou, novamente, um contributo importante para este campo de estudo, através da investigação pioneira de Gilbert White²³ sobre extremos ambientais e processos sociais que dificultam a gestão do desastre. Neste contexto, a vulnerabilidade é interpretada essencialmente pelo prisma da exposição a ameaças exógenas ao sistema social, resultantes de alterações ambientais (Eakin & Walser, 2008). Por outro lado, o paradigma político-económico da vulnerabilidade foi central na teorização sobre insegurança alimentar e incidência da fome, sendo de particular referência o contributo do economista Amartya Sen ²⁴. A sua

²² O gráfico constante da Figura nº 1 foi construído a partir de dados oficiais recolhidos por Wisner et al. (2005: 4).

²³ A listagem das mais de 400 publicações do geógrafo americano Gilbert Fowler White, considerado uma das figuras centrais da geografia ambiental no século XX, está disponível gratuitamente em <http://www.colorado.edu/hazards/gfw/published.pdf> (consultado a 25 de Maio de 2010, 15h).

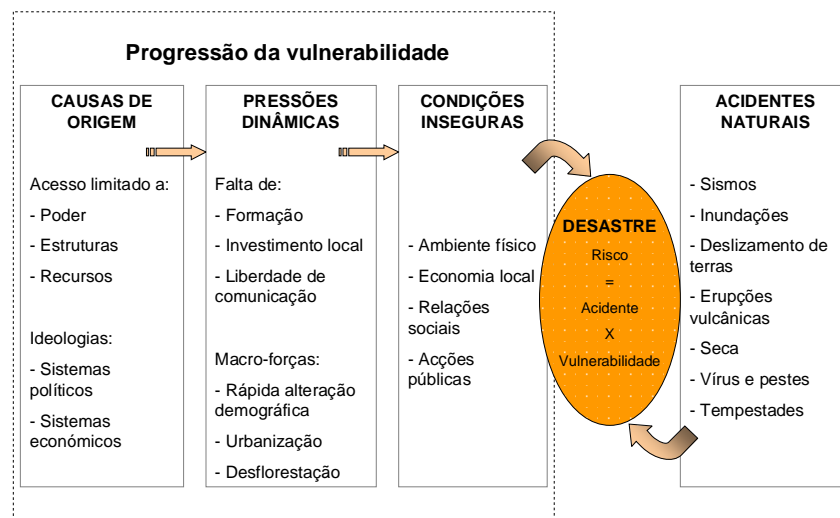
²⁴ A obra de referência a esta reflexão é Sen, A. (1982) *Poverty and Famines: An Essay on Entitlements and Deprivation*, Oxford: Clarendon Press.

abordagem às capacidades (*capabilities approach*), associada à disponibilidade de capitais e instituições que apoiam a acção das populações, permitiu que a vulnerabilidade passasse a ser observada através dos atributos da unidade exposta – recursos, habilidades, estruturas institucionais e sensibilidades (Eakin & Walser, 2008).

Na procura de uma abordagem que concilie as perspectivas previamente explanadas, tomamos por referência a definição de vulnerabilidade proposta por Wisner, Blaikie, Cannon & Davis (2005), acrescentando, porém, eventos e processos de natureza não singularmente natural:

“By vulnerability we mean the characteristics of a person or group and their situation that influence their capacity to anticipate, cope with, resist and recover from the impact of a natural hazard (an extreme natural event or process). It involves a combination of factors that determine the degree to which someone’s life, livelihood, property and other assets are put at risk by a discrete and identifiable event (or series or ‘cascade’ of such events) in nature and in society.” (Wisner, Blaikie, Cannon & Davis, 2005: 11)²⁵

Figura nº 2: Disaster Pressure and Release Model (PAR)²⁶



²⁵ A diferenciação da citação no corpo de texto foi reproduzida conforme a opção original dos autores.

²⁶ Tradução livre a partir do original em Wisner, Blaikie, Cannon & Davis (2005).

A abordagem destes autores consubstanciou-se na criação do modelo *Disaster Pressure and Release* (PAR), conforme pode ser observado na Figura nº 2. Este modelo tem por ideia base que a explicação de um desastre requer que se estabeleçam conexões entre o impacto de um acidente nas populações e um conjunto de factores e processos sociais que geram a vulnerabilidade (Wisner et al., 2005). A ligação mais distante que pode explicar a vulnerabilidade estabelece-se com as causas de origem, relacionadas com processos económicos, demográficos e políticos que geram e reproduzem a vulnerabilidade ao longo do tempo. Estes processos implicam ainda questões legais, estabelecimento de direitos, relações de género e outros elementos de ordem ideológica e de Estado, com especial peso do controlo exercido pelas forças de autoridade, administração e governação.

A distância supra-referida pode resultar, isolada ou cumulativamente, da escala espacial (distância face a centros detentores de poder político e económico), da escala temporal (por ligação histórica) ou de posições deterministas sobre a divergência cultural (na medida em que se atribua um conjunto de assunções culturais, ideológicas, de crenças e relações sociais a dada comunidade, de tal modo que as suas condições concretas de existência se tornem “invisíveis”). Deve prestar-se especial atenção aos contextos onde longos períodos de guerra e fome coincidam e sejam por vezes exacerbados por eventos naturais extremos. Em contextos sujeitos a longas guerras civis, os governos centrais e locais podem perder a capacidade de prevenir ou mitigar os efeitos de um acidente, bem como tender a destruir a confiança com as populações, confiança esta que se configura indispensável à mitigação e prevenção necessárias nestes contextos. As causas de origem, ao reflectirem a distribuição e o exercício do poder numa sociedade, resultam na tendencial correspondência entre marginalidade económica, marginalidade ambiental e marginalidade de importância face aos detentores de poder, o que vem reforçar a própria situação de vulnerabilidade.

As pressões dinâmicas são identificadas pelos autores como os processos e actividades que traduzem os efeitos temporais e espaciais das causas de origem em condições inseguras; são sua evidência contemporânea ou imediata, constituindo manifestações conjunturais dos padrões económicos, sociais e políticos subjacentes a dada comunidade. Estas pressões expressam-se ao nível da carência de formação, de investimento local e de liberdade de comunicação, sendo sujeitas à implicação de macro-forças demográficas (crescimento demográfico e urbano veloz) e ambientais (ao

exemplo da desflorestação). Quando um contexto vulnerável, resultante de condições inseguras (ao nível do ambiente físico, da economia local, das relações sociais e das acções públicas), é intersectado por um acidente físico (sismo, inundações, erupção vulcânica, tempestade), cria-se uma situação de desastre. A vulnerabilidade evidenciada por esse desastre só deve, porém, ser explicada através da análise dos processos dinâmicos e das causas de origem que conduziram à situação de insegurança, assumindo a procura de causalidade através de uma postura crítica, atenta ao cruzamento de múltiplos factores e que não contemple posições deterministas (Wisner et al., 2005).

Tabela nº 3: Do risco à vulnerabilidade face às alterações ambientais e climáticas

| Risco ecológico | |
|---|--|
| Alterações ambientais | Alterações climáticas |
| <ul style="list-style-type: none"> · Desastres naturais · Alterações graduais do ambiente (onde se inclui a maioria das consequências resultantes das alterações climáticas) · Acidentes de causa humana · Projectos de construção · Associação a conflitos e guerras | <p>Variação climática natural e presença de gases com efeito de estufa na atmosfera</p> <p style="text-align: center;">+</p> <p style="text-align: center;">Emissões antropogénicas</p> <p style="text-align: center;">=</p> <p style="text-align: center;">Aquecimento global</p> <ul style="list-style-type: none"> · Impasse na resposta política internacional |
| <p>Vulnerabilidade</p> <p>(exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação)</p> <p>como elemento-chave na concretização do risco em desastre</p> | |

II.3 Das migrações humanas

Ao pensar nas origens das migrações da espécie humana, há que recuar cerca de 30 000 anos e entender a especificidade da mobilidade do *Homo Sapiens* em comparação com as populações de outras espécies de seres vivos. A evolução dos homínidos foi especial ao ponto de não se encontrar um processo evolutivo linear ou restrito a uma determinada região: pelo contrário, o processo radicou de um conjunto de especiações com fortes interações ambientais em diferentes locais. É também de notar

que o *Homo Sapiens* começou a sua expansão territorial por volta de 30 000 a.C., com forte motivação cultural: a partir do desenvolvimento de instrumentos de caça e com um crescente impacto sobre o ambiente, procurava expandir a sua ocupação territorial e encontrar locais com novas/melhores condições de sobrevivência (Santos, 2007).

Uma outra característica especial refere-se ao tipo de migração inter-comunitária experienciada unicamente pelo ser humano (Manning, 2005). Com motivações maioritariamente enraizadas na esperança de melhoria das condições de vida do indivíduo ou do seu agregado familiar (fugindo a dinâmicas de maior opressão social e privação económica na comunidade de origem), o ser humano protagoniza a sua mobilidade com padrões de migração e incorporação incrivelmente variados, criando e mobilizando redes complexas que lhe permitem manter ligações entre diversas comunidades – construindo, inclusivamente, comunidades transnacionais (Manning, 2005; Portes, 2006). A migração associa-se, deste modo, ao desenvolvimento da sociedade humana, tanto ao nível individual como ao nível agregativo – ao permitir a partilha de conhecimento, competências, modalidades comunicativas e ansiedades de diversos indivíduos e comunidades, abrindo percurso a contínuas inovações que vão do campo tecnológico ao campo da organização social (Manning, 2005).

Um dos clássicos estudiosos sobre as migrações humanas foi Ernest George Ravenstein, tendo elaborado as denominadas “Leis de Ravenstein”²⁷, que prevalecem merecedoras de referência. O autor, no último quartel do século XIX, afirma que todo o fluxo migratório gera retorno (*countermigration*) e que a maioria dos migrantes efectua uma trajectória relativamente curta, sendo que quem percorre trajectórias mais longas tende a procurar grandes centros urbanos. Correspondentemente, são os residentes em áreas urbanas que apresentam menor propensão migratória quando comparados aos habitantes de zonas rurais, ao que se acrescenta o facto de ser menos provável que famílias inteiras efectuem movimentos internacionais quando comparadas ao percurso de jovens adultos.

As migrações humanas foram estudadas, designadamente pela geografia social, enquanto macro-processos sociais, na medida em que se constituem como movimentos populacionais conducentes à redistribuição espacial (Jones & Eyles, 1979). Estes

²⁷ Ver Ravenstein, E.G. (1885) "The Laws of Migration," *Journal of the Royal Statistical Society*, XLVIII (2), pp. 167-227. Também publicado em *Bobbs-Merrill Series in the Social Sciences*, N.º S-482 e S-483; e em *Journal of the Royal Statistical Society*, LII (1889), pp. 241-301.

processos podem ser abordados tanto ao nível da extensão do movimento (e potencial distância cultural) – intercontinental, internacional, rural/urbano –, como também pelo grau em que possam constituir-se como movimentos voluntários ou forçados (Jones & Eyles, 1979; Castles, 2003). As modalidades voluntárias e forçadas conseguem simultaneamente classificar os tipos de migrações e relacioná-los aos processos sociais que os produzem (Jones & Eyles, 1979), ou seja, permitem-nos abordar os factores desencadeantes do processo migratório, que tanto podem respeitar ao contexto de origem quanto ao contexto de destino (Lee, 1966), como ainda a factores pessoais ou obstáculos potenciais à migração (Black et al., 2008). Não obstante, optamos por evitar abordagens dicotómicas restritas, no sentido de melhor captarmos o *continuum* entre diferentes tipos e escalas de constrangimentos que subjazem à realidade migratória, aceitando que o sujeito deste processo enfrenta desafios estruturais e, simultaneamente, assume o seu papel enquanto agente no percurso migratório (de Haas et al., 2009).

II.3.1 Migrações e sistemas urbanos

É importante notar que as dinâmicas migratórias constituem um factor central no desenvolvimento urbano, particularmente desde o século XVIII, período em que os fluxos populacionais em estudo ganharam dimensão mais significativa. No período da Industrialização, os fluxos migratórios atingiram um nível de complexidade e mobilização que ultrapassou largamente os valores das migrações prévias (caracterizadas, ao longo dos séculos, por expansão e fixação territorial, desenvolvimento agrícola, comércio, travessias marítimas e colonização – Manning, 2005). Foi neste período que se deu o advento do capitalismo industrial, com protagonismo das cidades industriais e da liberdade de mão-de-obra, o que permitiu explicitar a vocação urbana para a concentração de fluxos migratórios por motivação laboral – contexto em que o imaginário construído em torno da liberdade urbana (almejada desde a Idade Média como aparente solução para a opressão feudal) e concentração de oportunidades (sociais e económicas) atingiu o seu auge (Portes, 2006).

Para uma compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos, torna-se necessário contemplar os laços históricos de hegemonia e os desequilíbrios estruturais face às sociedades periféricas, resultantes na evolução de um antigo padrão colonial

para a sua contrapartida, nas palavras de Portes (2006: 30), “clientelista”. É através do recrutamento deliberado de trabalhadores e da emergência e operação de redes sociais transnacionais que se abre caminho à modelagem de microestruturas que permitem aos indivíduos legitimarem os seus processos migratórios, levando à perpetuação dos próprios fluxos. A perspectiva de fixação que daí advém pode explicitar alguns conflitos ao nível da soberania e autoridade local/regional para controlar a dimensão e composição dos fluxos em presença e crescimento (Portes, 2006).

Não obstante, a imigração tem um contributo indispensável para a manutenção de cidades social e economicamente dinâmicas, nomeadamente ao permitir a criação de novas oportunidades de emprego e de vida urbana mais diversificada e cosmopolita. É neste contexto que as cidades globais, na definição de Sassen²⁸, se constituem enquanto núdulos centrais das funções de coordenação e comando da economia mundial. É a partir destes núcleos que se torna possível observar o espaço transnacional, caracterizado por intensos fluxos dos diversos tipos de capital, informação, tecnologia e populações – e, pelas suas características, são os palcos mais atractivos para a fixação de imigrantes. Neste contexto, as cidades abandonam a categoria de meras entidades locais e subordinadas a Estados-nação particulares; e a imigração, motivada pela aspiração a liberdades e oportunidades, configura-se como parte integrante do processo de emergência das cidades globais (Portes, 2006).

A mobilidade, pulso da aglomeração (Park & Burgess, 1992) e característica fundamental das populações humanas (Manning, 2005; Santos, 2007), ganha sentido através da ideia de trajectória, que nos permite explicar o cruzamento das lógicas dos actores sociais com as determinantes estruturais (Grafmeyer, 1995). É nesta lógica que os indivíduos protagonizam as suas mobilidades residenciais, profissionais, sociais e intergeracionais. A integração (ou incorporação, para autores como Portes, 2006) destes indivíduos nos novos contextos deve ser entendida tanto no âmbito processual – integração como processo que possibilita que um elemento faça parte de um conjunto – como no âmbito situacional – integração como estado de coerência ou interdependência resultante desse mesmo processo (Grafmeyer, 1995). De destacar que estes fenómenos sofrem permanentes desorganizações e reorganizações nos grandes centros urbanos contemporâneos.

²⁸ Ver Sassen, S. (2001) *The global city : New York, London, Tokyo*, Princeton : Princeton University Press, 2ª Edição (1ª Ed. 1991).

Os autores da Escola de Chicago analisaram, nas décadas de 1920/1930, o modo como os bairros (enquanto unidades de vizinhança) potenciavam o desenvolvimento de solidariedades locais e a inserção dos cidadãos em territórios e redes. Porém, destacaram ainda processos de desenraizamento e desintegração de pertenças e laços sociais, nomeadamente no caso de pessoas imigrantes (vistas como marginais – Grafmeyer, 1995). Propunham que a segregação de determinado grupo étnico ocorreria em função do estatuto social predominante no seu interior (Mela, 1999).

Outros autores foram estudando as dinâmicas e medidas de segregação, tendo-se chegado, nas décadas de 1960/1970, a um “modelo do estatuto étnico” que já pressupunha a construção de formas organizativas e institucionais autónomas como defesa de determinadas culturas minoritárias no seu confronto com riscos de assimilação às culturas maioritárias (Nowak e Kantrowitz in Mela, 1999:175). Já na década de 1980, Boal propôs três tipos de resolução possíveis para a coexistência entre maiorias e minorias étnicas: caso a diferença cultural fosse fraca, não se produziria nenhum tipo específico de concentração residencial de imigrantes; se o processo de integração fosse comportando problemas, estariam criadas as condições para favorecer a concentração de imigrantes ao longo do tempo – o que permitiria a formação de colónias; caso as diferenças tivessem proporção tal que não fosse possível o seu esbatimento, favorecer-se-ia a constituição de concentrações relativamente estáveis, ou por rejeição dos outros grupos – gueto involuntário – ou pelo desejo das populações minoritárias manterem a sua identidade – enclave voluntário (Boal in Mela, 1999:176).

A segregação passa, deste modo, para uma tipologia mais descritiva – propõe uma série de esquemas de distribuição residencial que comportam maior mistura ou separação dos grupos sociais ou étnicos, conforme a morfologia sócio-residencial de cada centro urbano (Mela, 1999). Não obstante, os reagrupamentos espaciais que circunscrevem populações desfavorecidas a territórios específicos, com marcadas desigualdades nas oportunidades de acesso a bens materiais e simbólicos oferecidos pelo sistema urbano (Grafmeyer, 1995), ao provocarem a concentração de determinadas populações migrantes, acrescentam-lhes visibilidade e conduzem a uma percepção mais problemática e estigmatizada por parte da sociedade de acolhimento (Mela, 1999; Fonseca, 2007). A distribuição espacial representa, conseqüentemente, um dos desafios políticos e urbanos mais prementes na actualidade.

Apesar do acesso diferenciado aos bens se relacionar com o modo como as populações imigrantes estão espacialmente distribuídas, outros factores vão ser influentes na maior ou menor equidade nos acessos e direitos. Nos discursos, nomeadamente políticos, perpassam duas categorias fundamentais de entendimento do processo de incorporação de imigrantes: se uns defendem uma perspectiva mais assimilacionista, ao dizer de Castles (2008), privilegiando a coesão social em detrimento das divergências culturais (conforme o exemplo francês); outros avançam para uma perspectiva mais agregativa e multicultural, onde a diversidade das comunidades pressupõe uma diversidade espaço-funcional paralela e socialmente legitimada (conforme o exemplo inglês).

Outros discursos, potencialmente menos fundamentados ao nível científico mas tendencialmente de forte índole política, destacam a migração enquanto problema que deve ser resolvido repressiva e/ou liberalmente nos contextos de origem dos migrantes (ao nível da violência e da pobreza, por exemplo), em modo tal que não ameacem o que alguns autores consideram como preconceito sedentário das comunidades de destino (Castles, 2008). Nesta lógica, os migrantes serão bem recebidos se houver uma dinâmica de mobilidade selectiva protagonizada por indivíduos com altas qualificações validadas. É um discurso que remonta a antigas políticas coloniais, descurando a migração enquanto aspecto da vida social ao longo da história e no qual a marginalização e a exploração de migrantes, ainda que representem problemas de iniquidade, são legitimadas pelo sentimento de ocupação indevida (Castles, 2008).

O desafio político associa-se, por outro lado, à já mencionada emergência de redes e comunidades transnacionais (Portes, 2006), contexto em que o transnacionalismo se constitui como forma distinta de adaptação dos imigrantes. Neste contexto, destaca-se o protagonismo das áreas metropolitanas na economia e na dinâmica social mundiais e questiona-se o limiar das estruturas locais e regionais de governação. A questão transnacional emerge também no campo sociocultural, interrogando modelos prévios de concepção mais fixa dos referentes de pertença das diversas comunidades. A este respeito, Canclini (2001) sugere que, ainda que alguns Estados modernos tenham tentado estabelecer fronteiras rígidas no sentido da estabilização das suas unidades e da precisão nos limites de ocupação territorial, tais fronteiras revelaram-se porosas à hibridação cultural. O autor destaca, neste sentido, o exemplo de “megalópoles multilingues e multiculturais” (por exemplo, Londres, Berlim

e Nova Iorque) enquanto centros de tal proporção em que a hibridação fomenta, contemporaneamente, maiores conflitos e maior criatividade cultural. Alguns dos recursos mobilizados para esta hibridação são a “descolecção dos patrimónios étnicos e nacionais, a desterritorialização e a reconversão de saberes e costumes” (Canclini, 2001:22-23)²⁹. Esta dinâmica de hibridação será tão mais forte e pertinente quanto mais se sintam as lógicas da globalização em determinado contexto.

A ideia transnacional remete-nos, igualmente, para o plano das teorias de rede. As redes, ao focalizarem as agências colectivas de migrantes e comunidades na organização dos processos de migração e incorporação (Castles, 2008; Portes, 2006), permitem compreender alguns mecanismos de transmissão de capital cultural das sociedades de origem, o qual se converte em capital social nos contextos de incorporação de imigrantes (Bourdieu e Wacquant in Castles, 2008). Canclini cita, a este respeito, a importação de estilos musicais marcadamente étnicos e as oportunidades culturais e económicas geradas em seu torno (Canclini, 2001). Estas redes e comunidades co-étnicas potenciam uma integração mais efectiva dos indivíduos migrantes ao representarem um universo simbólico de acolhimento e comunicação que não descarta as especificidades do seu contexto de origem³⁰.

O sistema urbano, na sua complexidade, configura-se como espaço prioritário de socialização e interacção de diversos actores e populações. A sociabilidade, nomeadamente na sua facção mais externa (e apesar do tendencial anonimato urbano), é marcada por diversas dinâmicas de construção de um espaço público que será tão mais dinâmico quanto mais for permeável à diversidade (Grafmeyer, 1995; Portes, 2006). Os desafios representados pelos fluxos populacionais que procuram os centros urbanos contemporâneos serão tão variados quanto as experiências de acolhimento de populações migrantes e suas especificidades, constituindo-se o contexto como palco prioritário para compreender as dinâmicas associadas a este processo e delinear possíveis padrões de integração urbana.

²⁹ Tradução livre a partir do original.

³⁰ Veja-se, neste aspecto, a importância do bilinguismo para a integração da segunda geração de imigrantes (Portes & Hao, 2006).

II.3.2 Ultrapassando as políticas: (ir)regularidade, integração e exclusão

Convém, a este ponto, reflectir sobre dimensões que se relacionam com – e simultaneamente superam – o âmbito das políticas migratórias, designadamente no que respeita a aspectos de maior ou menor tangibilidade, tais como a (ir)regularidade e as dinâmicas de integração e exclusão de migrantes.

A emergência de um novo tipo de produção de cidadania pode ser observada mediante o enquadramento das políticas de imigração, designadamente ao nível da União Europeia. A conceptualização de integração enquanto “processo de dois sentidos que envolve a adaptação, tanto por parte do imigrante, como da sociedade de acolhimento”³¹ teve como consequência a criação de um conjunto de direitos e obrigações essenciais para imigrantes em base de igualdade com cidadãos nacionais, bem como o conceito de cidadania civil e a assunção de novos direitos cívicos e políticos para residentes de longa duração não naturalizados.

Apesar de ter sido ressalvada a necessidade de uma estratégia alargada e multidimensional para a integração de imigrantes legais, questões como emprego, actividades económicas, língua, saúde, serviços sociais, habitação, equipamentos urbanos, cultura e participação cívica de pessoas imigrantes, continuam a ser responsabilidade – e consequentemente diversas nos planos legal, político, económico, social e cultural – de cada Estado-Membro. No entanto, tem perpassado nas diversas Presidências do Conselho Europeu a preocupação com a partilha de informação sobre as potenciais condições de vida precárias dos imigrantes, sobre linhas estratégicas e táticas de integração³² e sobre modos potenciais de cooperação entre autoridades nacionais, regionais, locais e parceiros sociais, organizações não governamentais e associações de imigrantes. Destaca-se, para este efeito, a aprovação do “Programa de Haia” durante a Presidência Holandesa, programa assente em princípios que vão desde a bidireccionalidade da integração até ao respeito pelas diferentes culturas, a necessidade de garantir determinados mecanismos nos protagonistas da imigração que lhes

³¹ COM, 2000, citação em Goracci, M. & Fonseca, M.L. (2007) *Mapa de boas práticas – Acolhimento e integração de imigrantes em Portugal*, Lisboa: OIM/ACIDI, p. 29.

³² Para mais informações, ver Niessen & Schibel (2004) *Primeiro Manual de Integração para Decisores Políticos e Profissionais*, Bruxelas: Comissão Europeia, Direcção-Geral da Justiça, Liberdade e Segurança.

permitam ser efectivamente activos na sociedade de acolhimento (conhecimento de história e língua mas também um conjunto de direitos de base igualitária para com outros cidadãos), e ainda a promoção da interacção entre imigrantes e cidadãos nacionais e a sua integração nos diversos domínios políticos e públicos ³³.

Subsiste, porém, uma outra face decorrente da designação e aplicação de políticas a populações imigrantes: o caso da clandestinidade migratória. Autores como Chiuri, Conglio e Ferri (2010) advogam que o estatuto clandestino é um erro decorrente de más políticas migratórias, tendencialmente restritivas ³⁴. Analisando o fenómeno sob a alçada económica, os autores referem a migração como uma estratégia de múltiplos ganhos, referindo a ineficiência da resposta proteccionista por três razões:

“Primeiro, o encerramento das fronteiras implica uma renúncia aos efeitos positivos da emigração que, geralmente, têm um valor de longe superior aos efeitos negativos. Segundo, tornar mais difícil a entrada através de políticas restritivas não parece ser eficaz à luz do forte aumento da imigração irregular que origina. Por último, as políticas restritivas geram elevados custos, que se devem ter em conta, para os migrantes, para os países de origem e para os de destino.” (Chiuri, Conglio e Ferri, 2010: 49).

Este estudo ³⁵ permitiu aferir que os imigrantes clandestinos em Itália, maioritariamente do sexo masculino, estão nos seus primeiros anos de vida laboral, com boas condições de saúde e sob uma forte ligação à família de origem, sendo a migração irregular encarada como uma estratégia com riscos diferenciais e evolutivos, mas com um importante papel para o desenvolvimento dos contextos de origem. As situações de pobreza, ainda que reduzam a capacidade de migrar, não diminuem a motivação no

³³ A partir da leitura de Goracci, M. & Fonseca, M.L. (2007) *Mapa de boas práticas – Acolhimento e integração de imigrantes em Portugal*, Lisboa: OIM/ACIDI.

³⁴ Em 2001, 44% dos países desenvolvidos detinham políticas migratórias com a especial função de reduzir os fluxos de entrada e/ou os níveis de imigração, considerados demasiado elevados, dados que contrastam com a realidade da década de 1970 (onde vários países hoje receptores eram caracterizados por consideráveis casos de emigração), em que apenas 17,6% dos países desenvolvidos tinha implementado políticas de restrição. A tendência actual tem vindo a ser acompanhada pelos países em desenvolvimento: 40,3% também introduzem medidas de controlo dos fluxos de entrada (Chiuri, Conglio e Ferri, 2010: 47-48).

³⁵ Conduzido por um grupo de investigadores da Universidade de Bari (Itália) e baseado no inquérito SIMI (*Survey on Irregular Migration in Italy*), aplicado a 920 imigrantes ilegais chegados a Itália há menos de seis meses à data da recolha de dados, em 2003. O inquérito englobava-se no projecto de investigação *Economic and Political Re-integration in an Enlarged EU: Implications for Regional Stability*. In Chiuri, Conglio e Ferri (2010).

sentido da mobilidade populacional. Por outro lado, é observável a diminuição dos custos em situações em que exista fortalecimento comunitário no contexto de destino, bem como nos casos de menor distância geográfica e cultural entre os contextos, situações que promovem mais migrações. Chiuri, Conglio e Ferri (2010) salientam ainda a evolução histórica do contexto político para as migrações nos últimos 100 anos: se inicialmente a migração decorria em situação de quase ausência de políticas migratórias, hoje subsiste a tendência pela mobilidade populacional, ainda que com contornos de irregularidade, não obstante as políticas migratórias progressivamente mais restritivas.

É de referir, por fim, a fluidez que por tendência caracteriza o estatuto da legalidade/regularidade em situação migratória (Sabates-Wheeler, 2009), dada a sua variabilidade desde o momento de partida do contexto de origem ao seu possível regresso ou alteração de destinos migratórios.

Partiremos agora para uma breve abordagem ao *continuum* entre dinâmicas de segregação e inclusão, exclusão e de integração, faces por vezes intangíveis do processo migratório. Primeiramente, devemos observar o modo como o princípio integrador, no contexto contemporâneo, apresenta tipologias de funcionamento frágeis, aleatórias, incertas, marcadas pela mudança e pluralidade – qual reflexo da complexidade das sociedades modernas. Desta fragilidade advém um risco e uma potencialidade. Se existe risco de marginalização e exclusão por parte de um sistema marcado pela competição e por crescentes desigualdades sociais, existe também uma multiplicidade de fontes possíveis para marcar identidades e pertenças, aceitando-se a mobilidade como princípio organizativo e antevendo novas possibilidades de integração. Numa organização sistémica por redes e fluxos, a integração pode realizar-se tanto ao nível subjectivo (assente na definição de cada indivíduo mediante a sua experiência e capacidade de se construir a si próprio enquanto actor social, ainda que dependente da disponibilidade e acesso a recursos), como ao nível social (enquanto fluxo de iniciativas e acções, coordenação contínua mas incerta de intervenções públicas) (Dubet, 2006).

No contexto actual podemos observar um processo de descolectivização mas também de individualização, tanto da exclusão quanto da integração, apesar da permanência de modos de dominação que influenciam as comunidades de destino e a gestão evolutiva das desigualdades sociais (Castel, 2006). Está aberto o caminho para uma nova orientação: o indivíduo imigrante integra-se com base numa socialização que

parte da sua afirmação e construção enquanto sujeito, implicado no espaço público (Bajoit, 2006; Soulet, 2006). Nasce, deste modo, um necessário compromisso ao nível da individuação, numa óptica de integração que inclui a construção identitária e a implicação na vida social mediante a assunção de lógicas de acção (Bajoit, 2006). Não obstante a existência de pressões múltiplas pelos diversos sistemas em que interage, a pessoa imigrante irá integrar-se – quanto mais não seja, a um nível mais simbólico e estabelecendo laços no seio de grupos potencialmente excluídos (Xiberras, 1996).

II.4 Migrantes ambientais

No presente trabalho, adoptamos a definição de migrantes ambientais da IOM:

“Environmental migrants are persons or groups of persons who, for compelling reasons of sudden or progressive change in the environment that adversely affects their lives or living conditions, are obliged to leave their habitual homes, or choose to do so, either temporarily or permanently, and who move either within their country or abroad.” (IOM in Laczko & Aghazarm, 2009:19).

Sob este entendimento são contemplados percursos migratórios tanto individuais como colectivos, admitindo-se o peso negativo de alterações ambientais com temporalidade não só súbita (ao exemplo de alguns eventos climáticos extremos e desastres naturais ou induzidos por interferência humana) como também progressiva (como os processos de desertificação ou de escassez evolutiva de recursos naturais, por exemplo). A migração poderá ser forçada (da posição extrema da submersão aquática de alguns locais, centros urbanos e até Estados, a situações de impedimento de manutenção da situação de vida por profundas rupturas ecossistémicas) ou voluntária. Neste caso, recordamos o contributo de autores como Castles, Lonergan e Lee sobre a multicausalidade (Boano et al., 2008), entendida como associação de factores naturais e ambientais com factores de índole económica, social, política, militar, entre outras, na medida em que se configuram como aspectos estruturantes da situação de vulnerabilidade humana e social dos diferentes contextos. Tais interacções provocarão a necessidade de adaptação diferenciável do indivíduo, que poderá partir da motivação ambiental associada a outras dimensões motivacionais, e optar pela estratégia adaptativa da migração. São ainda contempladas tipologias migratórias tanto temporárias como

permanentes, o que congloba percursos de alteração do destino migratório, seja à escala nacional ou internacional.

A deslocação por motivos ambientais tem sido problematizada por diversos autores, depois de Lester Brown na década de 1970 a ter conceptualizado enquanto fenómeno emergente de refugiados ambientais. Tal definição foi corroborada por El-Hinnawi na UNEP em 1985, considerando

“who have been forced to leave their traditional habitat, temporarily or permanently, because of a marked environmental disruption (natural and/or triggered by people) that jeopardized their existence and/or seriously affected the quality of their life. By «environmental disruption» is meant any physical, chemical and/or biological changes in ecosystem (or the resources base) that render it temporarily or permanently unsuitable to support human life” (El-Hinnawi in Stojanov, 2004:1).

Devemos considerar o facto de as presentes definições não serem unívocas, representando a definição da IOM uma apreciação por nós considerada mais consensual sobre as questões centrais que implicam a consideração de migrantes ambientais. O principal debate conceptual rodeia os conceitos de migrante ou refugiado ambiental, implicando questões de consideração legal, política e científica (ver Tabela nº 4).

Apesar da sua crescente relevância, a vulnerabilidade dos migrantes ambientais tem sido reforçada por uma carência de visibilidade e de resposta oficial direccionada. A ausência de reconhecimento legal de refugiados ou migrantes ambientais, situação que não está especificada no Tratado de Genebra de 1951, sobretudo das populações que protagonizam deslocações por degradação gradual do ambiente, com frequência incluídas no grupo de migrantes económicos e voluntários, implica que a resposta internacional seja parca e pouco adaptada às verdadeiras circunstâncias que conduziram à sua deslocação (Kolmannskog, 2008; Stojanov, 2004). Dado o aumento dos desastres ambientais e os previsíveis impactos das alterações climáticas, antevê-se o agravamento do problema, constituindo-se enquanto uma das maiores crises humanitárias dos nossos tempos (Myers, 2005; Stojanov, 2004), com carácter global mas cujas respostas têm sido insuficientes. Contudo, os países desenvolvidos (onde devemos salientar os países da Europa do sul, dada a pressão migratória a que são sujeitos) não podem continuar a ignorar a situação dos países em desenvolvimento, dado o volume de migrantes e refugiados (ambientais, entre outras razões de motivação ou forçamento) que se

encaminham para países da OCDE (Myers, 2001). Por outro lado, ainda que o fenómeno possa não ser recente (Black in Stojanov, 2004), assume actualmente proporções que ultrapassam, tanto nos fluxos populacionais provocados quanto na velocidade da degradação dos recursos, a soma de todos os desastres ambientais do passado (Myers, in Stojanov, 2004).

Tabela nº 4: Matriz para clarificação conceptual sobre refugiados e migrantes ambientais

| Referências | Conceito | Tipologias | Pontos consensuais | Críticas |
|--|---|---|---|--|
| Lester Brown (1976) in Brown, L., Mcgrath, P., & Stokes, B., <i>Twenty two dimensions of the population problem</i> , Worldwatch Paper 5, Washington DC: Worldwatch Institute El-Hinnawi (1985) <i>Environment Refugees</i> , Nairobi: UNEP Myers (2001) | Refugiados ambientais | Migrantes forçados, com deslocação temporária ou permanente Populações deslocadas dentro do próprio Estado ou à escala internacional | Efeito de ruptura ambiental Vulnerabilidade requer mobilidade Situação de emergência | Conceito legalmente inadequado Variabilidade metodológica e divergências nas estimativas Questões sobre a dimensão temporal da migração Fracá associação a outros factores que motivam a migração |
| Black, R. (2001) Castles, S. (2001) Boano et al. (2008) Renaud et al. (2007) United Nations University EACH-FOR Project | Migrantes ambientais Deslocações por motivação ambiental | Migrantes motivados por questões ambientais Migrantes forçados por razões temporais, com margem temporal Migrantes ambientais em situação de emergência → <i>Environmental migrants and displaces, development displaces</i> | Degradação ambiental implicada na migração Integração de factores naturais com factores económicos, sociais e políticos (multicausalidade) Exposição, vulnerabilidade e resiliência | Dificuldade no reconhecimento legal de populações vulneráveis, ainda que distinguíveis Debate insuficientemente operacional para enfrentar o fenómeno em expansão |

Os países em desenvolvimento, dados os escassos recursos económicos, infraestruturais, tecnológicos e ao nível das redes de segurança social de que dispõem, associados a fraca protecção costeira, pouca preparação de sistemas de aviso precoce e resposta a desastres, bem como difícil auxílio a vítimas e assistência na recuperação, configuram-se como locais potencialmente mais vulneráveis. A maior tendência para a vulnerabilidade significa, portanto, que os contextos em apreço são pouco resilientes: a

capacidade de antecipar, cooperar, resistir e recuperar do impacto de riscos ambientais, a disponibilidade e acesso aos recursos e a capacidade de resposta individual, grupal e institucional, são débeis; o que provoca uma desproporção do impacto dos desastres (naturais e/ou de indução humana) nestes locais, regiões e populações (desenvolvido a partir do conceito de vulnerabilidade em Wisner, Blaikie, Cannon e Davis: 2005).

Ao nível da sensibilização para questões relativas às alterações climáticas e potencial subida do nível do mar, há que salientar a figura pioneira de Tuvalu. Esta ilha do Pacífico, localizada cinco metros acima do nível do mar, tem sofrido inundações frequentes e enfrenta o potencial impacto devastador na ocorrência da subida do nível médio das águas do mar – seria um dos casos de desaparecimento integral de um Estado, provocando um novo tipo de apátridas (apátridas ambientais com ausência de protecção legal – Kolmannskog, 2008). Para além de procurar estabelecer protocolos de refúgio com os países vizinhos (essencialmente, Austrália e Nova Zelândia), que se limitam tendencialmente a recrutar imigrantes laborais, tem também representado um papel essencial na sensibilização para estas questões e proposta de tomadas de posição na ONU, organização de que Tuvalu faz parte desde o ano 2000 (Renaud et al, 2007).

As estimativas e projecções sobre o número de migrantes ambientais são, em correspondência com as opções designativas sobre tais populações, bastante diferentes e até controversas; a realidade implica que exista uma forte dificuldade em determinar quantidades presentes e futuras de migrantes e populações pressionadas por factores ambientais. Um dos principais obstáculos a este cálculo é a associação de factores ambientais com outros factores sociais, económicos e políticos em cada contexto de origem (Boano et al., 2008): em que medida podemos defender que milhões de migrantes são ambientais e não económicos, por exemplo? Mas, ao mesmo tempo, será correcto minimizar a importância do reconhecimento destes novos sujeitos e grupos populacionais, em que regiões estão sujeitos a maior pressão, para onde poderão dirigir-se e qual será o seu número sob situações de maior e menor emergência?

As primeiras estimativas foram providenciadas por El-Hinnawi em 1985, prevendo que, no decurso dos anos 1980, existiriam cerca de 30 milhões de refugiados ambientais, sendo expectável o seu aumento futuro devido a processos de degradação ambiental, especialmente em países em desenvolvimento. Sob a mesma designação, Myers (2001, 2005) estimou que em 1995 existiriam pelo menos 24 milhões de refugiados ambientais, número que deveria duplicar até 2010. Myers previa que, quando

os efeitos do aquecimento global se tornassem mais visíveis, cerca de 200 milhões de pessoas estariam sujeitas às consequências de alterações profundas nos sistemas de monções, nos regimes pluviais, na severidade e duração das secas e pelo aumento do nível médio das águas do mar e consequentes inundações costeiras (Myers, 2005).

Só para o continente africano, este autor previa que, dos 24 milhões de refugiados ambientais em 1995, cinco milhões viriam do Sahel (essencialmente devido às secas) e quatro milhões do Corno de África (incluindo o Sudão). Adicionava ainda 80 milhões de subsaarianos em situação de fragilidade extrema devido a problemas ambientais, designadamente por razões de segurança alimentar e hídrica. Para os contextos em desenvolvimento, Myers considerava que 135 milhões de pessoas seriam ainda afectadas por processos severos de desertificação e 550 milhões de pessoas sofreriam face à escassez crónica de água (Myers, 2001).

O website Forced Migration Online adiciona que, durante os anos 1990, entre 90 e 100 milhões de pessoas foram deslocadas devido a projectos de desenvolvimento, sendo que só a construção de barragens era responsável pela deslocação de 10 milhões de pessoas por ano (Vag et al., 2009). Porém, as hipóteses mais viáveis e que concentram maior consenso científico não apontam números estritos; veja-se, a título de exemplo, o contributo do IPCC (Parry et al., 2007) ou o Relatório Stern (Stern, 2006), onde subsiste a informação de que milhões de pessoas no futuro sofrerão possíveis deslocações que se podem relacionar a factores tais como a subida do nível médio das águas do mar, a desertificação, secas, escassez de múltiplos recursos, inundações e a maior frequência e potencial devastação de eventos naturais (tais como tempestades e ciclones). Em detrimento de uma pesquisa centrada em quantidade populacional, considera-se a importância de uma investigação mais aplicada, de modo a ser possível compreender como será impactada cada região mundial.

Capítulo III. Investigação exploratória

No presente capítulo, respeitante à investigação exploratória, procurar-se-á expor a relação entre as problemáticas previamente contextualizadas, implicadas na relação entre ambiente e migrações, e as evidências empíricas disponibilizadas na comunidade científica que possam sustentar a ilustração presente dessa relação. A investigação exploratória, sustentada na análise documental, legal e estatística, compreenderá uma abordagem a situações de vulnerabilidade humana derivada das alterações do ambiente e à identificação exploratória do contexto europeu enquanto contexto de destino dos migrantes ambientais.

III.1 Vulnerabilidade humana às alterações do ambiente

Neste ponto, que versa sobre a vulnerabilidade humana às alterações do ambiente, serão confrontados dados empíricos que revelam a relação entre alterações ambientais e fluxos migratórios, informações que permitem efectuar uma caracterização provisória de migrantes ambientais, bem como a explicitação do caso africano enquanto contexto de forte vulnerabilidade, potenciador de afluxos migratórios por pressão ambiental.

III.1.1 Dados empíricos sobre a relação entre alterações ambientais e fluxos migratórios

Para o presente ponto partiremos dos resultados averiguados no âmbito do projecto EACH-FOR – *Environmental Change & Forced Migration Scenarios*. As principais conclusões reflectidas neste estudo respeitam, primeiramente, ao facto de as migrações forçadas com indução ambiental resultarem de contextos em que não só as alterações climáticas são influentes, contemplando-se também um conjunto de outras situações de alteração ambiental. O estudo revela que as principais ameaças ambientais enfrentadas por migrantes, potenciais migrantes e não migrantes nas áreas estudadas dizem respeito: à erosão e degradação dos solos; à desflorestação; à poluição aérea,

aquática e dos solos; a inundações e salinização de terras irrigadas; a desabamentos e deslizamentos de terra; à radiação a partir de resíduos nucleares; à intrusão de água salgada e erosão costeira acelerada; a processos de erosão e inundações ribeirinhas; a ciclones tropicais; a situações de extrema aridez e precipitação irregular; e ao aumento do nível médio das águas do mar (Vag et al., 2009:70). Acrescenta-se ainda o aumento na magnitude e na frequência de muitos perigos ambientais, bem como a ocorrência futura de degradação ambiental devido ao aquecimento global, o que tenderá a gerar um aumento das pressões no sentido da migração.

Procurando abordar as principais ameaças ambientais identificadas nos diversos contextos em estudo, refira-se que, no contexto europeu, ressaltou-se a vulnerabilidade a inundações, particularmente no rio Danúbio (Sérvia, Roménia, Hungria) e na bacia do Volga (Rússia), bem como situações de escassez de água e desertificação (Espanha). No que respeita ao centro asiático e a novos Estados independentes do leste europeu, o projecto salienta a gravidade de processos de desertificação e poluição dos solos (Tajiquistão, Cazaquistão e Quirguistão). Na região da Ásia e do Pacífico salienta-se a gravidade da subida do nível médio das águas do mar (Índia, Bangladesh, Vietname) e sua potencial conjugação com eventos climáticos extremos (Tuvalu), ao que se acrescentam processos de desertificação (deserto do Gobi) e projectos de desenvolvimento (barragem Three Gorges, China). No Médio Oriente e norte de África, as principais precauções devem respeitar à desertificação, à escassez de água e a projectos de desenvolvimento (Marrocos, Egipto e Turquia). Quanto à África Subsaariana e Ghana, verificaram-se situações de deslocação devidas a inundações (Moçambique), à escassez de água (Lago Chade, Níger, Senegal), ao sobrepastoreio, desflorestação e variabilidade climática (Senegal, Ghana, Níger), à fragilidade de vários ecossistemas e à degradação profunda dos solos (Ghana). Na América Latina são de especial atenção processos de desertificação (Argentina, México, Equador), desflorestação (Equador), degradação dos solos (Argentina, Equador), escassez de água (Argentina, México), tempestades tropicais e aumento do nível médio das águas do mar (República Dominicana, México)³⁶.

³⁶ As presentes referências encontram-se detalhadas no relatório final do projecto (Vag et al., 2009), tendo sido sintetizadas para apresentação no *workshop* regional do projecto EACH-FOR: “Environmental Change(s) and Migration Flows in Central Asia”, Bishkek, em Março de 2008 (http://www.bishkek2008.org/Programme_files/EACH-FOR%20-%20A%20global%20overview.ppt, consultado a 4 de Agosto de 2010).

III.1.2 Caracterização inicial de migrantes ambientais

O projecto EACH-FOR (Vag et al., 2009) veio confirmar que a migração funciona como um mecanismo tradicional para enfrentar um conjunto de situações de vulnerabilidade, sendo que a migração temporária ou sazonal se afirma enquanto estratégia, já de longa data, para lidar com períodos de maior stresse ambiental. Não obstante, é de referir que têm existido alterações nos padrões tradicionais das migrações por indução ambiental, tanto no que respeita às características e circunstâncias das populações que tendencialmente migravam (que procuram mover-se entre contextos rurais e urbanos, ou contrapõem ao antigo nomadismo uma procura de sedentarização progressiva, entre outras situações de indução humana), quanto no que toca a alterações no ambiente físico e natural. Os mecanismos e estratégias de adaptação em situações de stresse ambiental passam também pela migração de alguns elementos do núcleo familiar ou comunidade de referência, tanto por situações imperativas face às normas sociais vigentes, quanto por procura de manutenção da situação de vida e conciliação de actividades laborais e rendimentos provenientes de diferentes contextos.

A migração é também encarada como uma estratégia para melhorar a segurança alimentar e física do núcleo familiar, situação encarada pelos elementos migrantes (que tendencialmente referem a intenção de voltar ao contexto de origem assim que o problema ambiental seja mitigado) bem como pelos elementos que prevalecem na área de proveniência. É ainda referido que os trabalhadores rurais que não detêm propriedades agrícolas apresentam maior disponibilidade à migração quando comparados a proprietários de terras, que só optam pela deslocação em casos extremos ou por obrigação oficial. O ambiente funciona como base indispensável a actividades agrícolas, piscatórias e de pastoreio, que prevalecem como a maior fonte de rendimento para a maioria da população dos países em desenvolvimento ou processo de transição. Tal implica, em caso de degradação ou ruptura ambiental, que a ameaça económica resultante obrigue à migração das populações para outros contextos, em modo tal que possam retomar ou encontrar novos meios de subsistência. Apesar de este ser o sector mais afectado, vários foram os casos de estudo que confirmaram que todos os sectores da sociedade sofrem o impacto das alterações ambientais.

Ainda que, em múltiplos casos, a causa (ou uma das causas) que originou a perda dos meios de subsistência pelas populações fosse de índole ambiental, a maioria destes migrantes não atribui a deslocação a factores ambientais. Refere, por sua vez, situações de baixos rendimentos, débeis condições de vida, ou situações políticas e sociais fragilizadas. A investigação, porém, apontou claramente no sentido de uma estreita interligação entre factores ambientais e factores sociais, económicos e políticos que influem nos fluxos migratórios; conseqüentemente, os desastres por indução natural ou humana resultam de uma mistura complexa de processos naturais, sociopolíticos e económicos. Por sua vez, sendo o ambiente um importante factor de impulso das migrações, está frequentemente em interacção com outros indutores de índole social, económica e política, ao exemplo de infraestruturas sociais deficitárias e do descuido governamental face a regiões mais periféricas e rurais. Simultaneamente, existe a percepção sobre um conjunto de factores de atracção ³⁷, tais como oportunidades económicas promissoras, designadamente em centros urbanos.

Foi demonstrado que o processo migratório, uma vez iniciado, reforça padrões de migração conseqüentes, ao promover um entendimento comunitário sobre as migrações e a construção de redes sociais que as sustentem. Não obstante, os processos de tomada de decisão sobre as migrações são bastante complexos, situação que foi explicitada por alguns resultados inesperados no projecto. Refiram-se, a título de exemplo, situações de deterioração ambiental severa em que a estratégia migratória foi adoptada por uma porção diminuta da população afectada, observando-se até comportamentos de retorno ao contexto sob pressão ambiental. Uma vez mais, as condições político-económicas dos contextos em questão desempenharam um importante papel na modelação de estratégias de adaptação colectiva. Um outro exemplo ilustrador da complexidade da decisão migratória reside no facto de, sob uma comum ameaça ambiental, as populações evidenciarem diferentes estratégias na escolha de destinos e tempos para efectivar o processo migratório. Perante os resultados obtidos, antevê-se que o factor ambiental venha a aumentar a sua influência nos fluxos migratórios em função da importância e impacto crescente das alterações climáticas.

³⁷ Tradução livre da expressão *push factor* para “factor de impulso” e de *pull factor* para “factor de atracção” (Vag et al., 2009: 71).

III.1.3 Impacto das alterações ambientais na modelação de vulnerabilidades regionais: o caso africano

Neste ponto, vamos tentar caracterizar o contexto africano enquanto *locus* potencial de origem de migrantes ambientais, simultaneamente contexto propulsor de múltiplos fluxos migratórios com destino à Europa. Procurar-se-á focalizar os aspectos geradores de vulnerabilidade humana a alterações ambientais, endereçando inicialmente o impacto das alterações climáticas na modelação regional de vulnerabilidades. Serão posteriormente referidas outras dimensões de pressão ambiental, não somente contempladas no contexto das alterações climáticas, ilustrando a situação actual das migrações e deslocação de populações motivadas ou forçadas por alterações ambientais, em confronto com a percepção dos indivíduos que as protagonizam.

África é identificada pelo IPCC (Boko et al., 2007) como sendo um dos continentes mais vulneráveis às alterações climáticas e à variabilidade climática, situação que se vê agravada pela interacção de múltiplos factores de pressão, ocorrentes em vários níveis, e pouca capacidade de adaptação. Esta situação deriva do facto de os principais sectores económicos africanos serem vulneráveis a esta tipologia de alterações, sendo que esta vulnerabilidade se vê exacerbada pelos desafios de desenvolvimento que África enfrenta. Pensemos nas situações de pobreza endémica, de complexidade governamental e institucional, do acesso limitado ao capital (incluindo mercados, infraestruturas e tecnologias), da degradação dos ecossistemas e da complexidade dos desastres e conflitos. Todos estes factores contribuem para o enfraquecimento da capacidade de adaptação africana, aumentando a vulnerabilidade do continente às alterações climáticas projectadas.

A capacidade humana e societal de adaptação em África, apesar de alguns registos de evolução positiva (designadamente no que respeita a estratégias de adaptação na agricultura), é provavelmente insuficiente face às futuras alterações do clima. Acresce o facto de a produção agrícola, em vários países africanos, vir a ser severamente afectada pelas alterações climáticas, sendo prevista uma redução do rendimento agrícola até 50% numa década, sendo que as receitas líquidas das culturas agrícolas podem diminuir 90% até 2100. A parcela populacional mais afectada tenderá a respeitar aos agricultores de pequena escala, num contexto de redução do período de

cultivo e de falta de produção em grandes regiões de agricultura marginal. Esta situação, por sua vez, constituirá uma forte ameaça à segurança alimentar.

Uma outra situação agravada pelas alterações do clima será o stresse hídrico, tanto nos países onde já é enfrentado, quanto em contextos em que o fenómeno não era conhecido. Em 2007, cerca de 25% da população africana (cerca de 200 milhões de pessoas) já vivenciavam o stresse do recurso aquático, com particular incidência no norte continental. As alterações em curso e projectadas tenderão a impor pressões adicionais na disponibilidade, acessibilidade e necessidade de água em África, sendo a projecção da população sob este risco de 75 a 250 milhões em 2020 e de 350 a 600 milhões em 2050.

Foram detectadas, com a previsão de uma aceleração progressiva, alterações em vários ecossistemas africanos, particularmente no sul do continente. A interacção das alterações climáticas com indutores humanos tais como a desflorestação e os incêndios, ameaçam ecossistemas florestais, ao que se acrescenta um conjunto de alterações nos ecossistemas de pastagens e nos ecossistemas marinhos. As terras áridas e semi-áridas deverão aumentar de 5% a 8% até 2080, sendo possível a extinção de 25% a 40% de mamíferos em parques nacionais da África Subsaariana.

Existe uma forte probabilidade de inundação de terras baixas, com impactos fortes nas aglomerações costeiras. A associação entre alterações climáticas e alterações induzidas pela humanidade pode afectar ecossistemas tais como mangais e recifes de coral, com consequências ao nível das pescas e do turismo. O aumento projectado do nível médio das águas do mar tenderá a aumentar a ocorrência de inundações, particularmente nas costas do leste africano, com implicações no âmbito da saúde pública. Este aumento deverá ainda aumentar os níveis de vulnerabilidade socioecológica e física dos centros urbanos costeiros. O custo da adaptação à subida do nível médio das águas do mar pode alcançar os 5% a 10% do Produto Interno Bruto.

A saúde humana em África, já comprometida por um conjunto vasto de factores, deverá vir a sofrer o impacto da variabilidade e das alterações climáticas, com particular incidência da malária no sul e leste africano, sobretudo em terras altas. Esta situação deriva da alteração ecológica de alguns vectores da doença face à implicação das alterações climáticas, com consequências na sua transmissão às escalas temporal e espacial. Outras patologias, ao exemplo da dengue, da meningite e da cólera, poderão

ser sujeitas a processos similares, mas necessitam de mais estudos de avaliação das vulnerabilidades e impactos na interacção com alterações do clima.

Em concordância com o que já foi referido, o impacto das alterações ambientais não se limita à escala das alterações climáticas, sendo importante referir outros níveis de transformação ambiental dos contextos de modo tal a potenciar a assunção de estratégias migratórias por parte das suas populações. Nesse sentido, retomaremos os estudos efectuados à luz do projecto EACH-FOR, designadamente no Egipto (Afifi, 2009a), em Marrocos (Fermin, 2009), no Saara Ocidental (Alvarez Gila et al., 2009), na República do Ghana (van der Geest, 2009), em Moçambique (Stal, 2009), em Níger (Afifi, 2009b) e no Senegal (Bleibaum, 2009).

Tabela nº 5: Vulnerabilidade humana e migrações associadas a alterações ambientais em África

| Alterações ambientais em África | |
|---|---|
| <u>Alterações ambientais gerais</u> | <u>Alterações climáticas e variabilidade do clima</u> irão agravar: |
| Degradação, erosão e níveis de salinidade dos solos Desertificação e seca Desflorestação e sobrepastoreio Diminuição dos solos férteis Escassez de água Inundações e subida do nível médio das águas do mar Fragilidade dos ecossistemas Projectos de construção Poluição | Degradação dos ecossistemas Falta de recursos naturais Redução na produção agrícola e pecuária Stresse do recurso hídrico Inundações e subida do nível médio das águas do mar Alterações nos vectores de doenças |
| + Acção governamental e internacional deficitária + Insuficiência das infraestruturas básicas e débil performance dos sectores sociais + Interacção de múltiplos factores de stresse | |
| Razões advogadas para a migração e outros sinais e sintomas de vulnerabilidade humana | |
| Implicações na saúde pública Desemprego e pobreza Desastres e conflitos sobre recursos e terra Problemas de segurança alimentar e de escassez de água | Deslocação forçada Perda dos meios de subsistência Dependência de apoio externo Maior vulnerabilidade na associação com desastres naturais (ciclones, incêndios, sismos) |

As transformações concretas do ambiente nos contextos em análise respeitaram a processos de degradação e erosão dos solos e seus elevados níveis de salinidade (Egipto, Marrocos, Ghana, Moçambique, Níger e Senegal), de desertificação e

processos de seca (Egipto, Marrocos, Ghana e Níger), de desflorestação e associação a sobrepastoreio (Ghana, Níger), da escassez progressiva de terras férteis (Egipto), da subida do nível médio das águas do mar, inundações e projectos de construção (Moçambique e Egipto – barragem Aswan), da escassez do recurso hídrico (Marrocos, Saara Ocidental e Ghana), da fragilidade dos ecossistemas (Ghana) e de diversos níveis de poluição (Egipto, Marrocos e Ghana).

Porém, junto das populações migrantes, retornadas e não migrantes que prevaleceram nos contextos de origem, não são os aspectos específicos de alterações ambientais que se mencionam na altura de descrever o que levou à opção migratória, mas sim as suas implicações ao nível da vulnerabilidade humana (ver Tabela nº 5). Deste modo, por exemplo no Egipto (Afifi, 2009a), em Níger (Afifi, 2009b) e no Senegal (Bleibaum, 2009), ainda que a razão subjacente seja a disponibilidade cada vez mais reduzida de terras férteis, recursos acessíveis e potenciação hídrica das culturas agrícolas, as razões atribuídas à migração foram o desemprego, a pobreza e as fracas condições de vida. Com uma incidência particularmente problemática em sociedades essencialmente agrárias, os processos que desencadeiam alterações ambientais são percebidos (pelas populações que protagonizam a mobilidade, mas também ao nível da literatura científica que aborda a questão migratória no seu ponto de origem) através dos seus sinais e sintomas, onde podem ser destacadas situações de forte implicação da saúde pública, desemprego e pobreza, desastres e conflitos sobre recursos e terra, problemas ao nível da segurança alimentar e do recurso hídrico, situações explícitas de deslocação forçada, situações potencialmente menos directas de perda gradual ou abrupta dos meios de subsistência, contínua dependência face ao apoio externo e, ainda, maior vulnerabilidade em situações de associação a desastres naturais (tais como ciclones, incêndios e sismos).

III.2 Identificação exploratória do contexto europeu enquanto destino dos migrantes ambientais

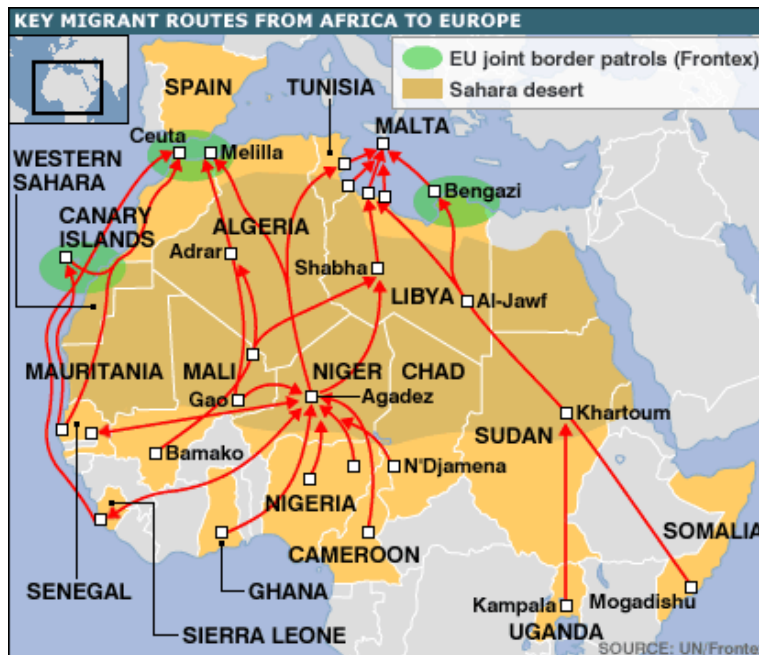
No presente ponto, tendo em vista a identificação exploratória do contexto europeu enquanto destino dos migrantes ambientais, procurar-se-á averiguar a adequação do conceito de migrante ambiental aos fluxos populacionais que intentam alcançar a Europa, focalizando os afluxos africanos, e integrar-se-á a problemática nas dinâmicas de mobilidade populacional da Europa do sul, designadamente através dos casos português e italiano.

III.2.1 Adequação do conceito de migrante ambiental aos fluxos populacionais que procuram alcançar a Europa: foco nos afluxos africanos

O projecto EACH-FOR demonstrou, através do caso de estudo desenvolvido em Níger, que a migração em direcção à Europa depende dos meios financeiros disponíveis, visto tratar-se de um percurso dispendioso para uma pessoa empobrecida e prejudicada por consequência de alterações ambientais. Simultaneamente, tal percurso significa uma distância considerável, tanto no plano geográfico como cultural, situação que comporta novos obstáculos, designadamente no que respeita ao emprego e à adaptação cultural (Afifi, 2009b). Por outro lado, o caso de estudo desenvolvido em Marrocos explicitou a imagem do sonho europeu, especialmente forte na área mediterrânica, onde deve salientar-se o papel das redes migratórias na facilitação do percurso de mobilidade e da integração no contexto de destino (Afifi, 2009a).

Considera-se que o ponto focal das rotas migratórias de África para a Europa é a região do norte africano, uma área estratégica para alcançar território europeu, atendendo porém à importância do deserto do Saara, especialmente no que respeita a fluxos de migrantes irregulares rumo ao norte (ver Figura nº 3).

Figura nº 3: Rotas migratórias essenciais de África para a Europa ³⁸



Efectivamente, as principais preocupações ao nível das políticas migratórias no continente respeitam à região norte africana. Schatzer (2009) refere que os três países africanos com maiores stocks de migrantes na Europa são a Algéria, Marrocos e a Tunísia. Algéria e Marrocos são também caracterizados por se constituírem como importantes contextos de trânsito: a maioria dos migrantes irregulares da África Subsaariana, devido ao forte controlo no Mediterrâneo, são bloqueados na Algéria, sendo que Marrocos recebe anualmente entre 10 000 e 20 000 migrantes irregulares provenientes de países tais como Senegal, Nigéria, Mali, Camarões e Congo.

Os principais países de destino na Europa são França, Itália, Alemanha, Espanha e Bélgica, mas uma porção considerável dos migrantes que os alcançam pretendem, na verdade, continuar o seu percurso até alcançarem o Canadá, os Estados Unidos da América e até a região do Golfo Árabe (Schatzer, 2009). É por isso possível compreender, ao observarmos estes dados, que a Europa não é apenas vista como contexto de destino, sendo-lhe também atribuído o papel de passo ou plataforma migratória, num trajeto que a inclui mas que a ela não se cinge.

³⁸ Os dados apresentados neste mapa foram recolhidos e analisados pela U.N. Frontex, e o mapa está disponível no artigo da BBC NEWS “Key facts: Africa to Europe migration” (<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6228236.stm>), de 2 de Julho de 2007.

É necessário atender ao facto de os fluxos marítimos de migrantes irregulares serem compostos por indivíduos pertencentes a múltiplos grupos vulneráveis, nos quais se incluem, a título de exemplo, migrantes ambientais, vítimas de tráfico e menores não acompanhados. Existe uma grande dificuldade em determinar qual a razão prioritária para cada migrante, na medida em que estes indivíduos se encontram na intersecção de duas ou três razões, o que os conduziu à situação migratória (Schatzer, 2009). Porém, existe informação que comprova que a principal razão que conduz à migração é de índole económica, e a evidência que lhe subjaz advém do facto de, na recente crise financeira, ainda que não se observasse um movimento significativo de retorno migratório, diminuiu o número de pessoas que tentavam alcançar a Europa (Schatzer, 2009). Não obstante, a motivação económica, particularmente em contextos tais como as sociedades agrárias no continente africano, não pode desligar-se da sua dependência ambiental; logo, a motivação económica, nestes contextos, reflecte um conjunto de pressões e alterações no ambiente dos contextos de origem destas populações.

III.2.2 Integração nas dinâmicas de mobilidade populacional na Europa do Sul: os casos português e italiano

Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2008), as regiões europeias de fronteira exterior são tendencialmente mais atrasadas quando comparadas às regiões mais interiores, com um desenvolvimento económico mais lento e valores de PIB por habitante mais baixos que a média europeia. As dinâmicas evidenciadas ao nível do sul e do leste europeu concernem a situações de crescimento demográfico (Europa de leste) e de forte pressão migratória (mediante a qual os países de Sul se revelam como escolhas estratégicas para uma entrada na Europa). Tal como noutros países do sul europeu, nas últimas décadas, Portugal e Itália sofreram uma rápida transição da emigração para a imigração. A reviravolta migratória ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, seguindo a mesma tendência em Espanha e na Grécia, sendo que o reforço dos fluxos migratórios dos quatro contextos mencionados tem sido observado desde o final da década de 1990. Muitos dos factores subjacentes a esta alteração social são comuns para o contexto da Europa do sul: a intensa procura de mão-de-obra, uma economia informal extensa, maiores aspirações da população local e capacidade limitada do Estado para lidar com fluxos de migrantes. Outros factores específicos de Portugal

respeitam ao seu estatuto como um império colonial até a década de 1970 e à menor pressão da imigração directa dos países limítrofes (Peixoto, Sabino & Abreu, 2009).

No que respeita à distribuição territorial dos imigrantes no contexto português, Fonseca (2007) refere que, não obstante a percentagem de imigrantes concentrada nos pólos urbanos, podemos assistir a novos fluxos para áreas rurais, sendo a direcção dos fluxos mais relacionada com tendências e aspectos das comunidades em mobilidade. Podemos identificar, por exemplo, que a população brasileira tem uma distribuição por município muito próxima da portuguesa, sendo a única comunidade de imigrantes a apresentar este padrão. Já a população dos PALOP ³⁹ confirma a tendência de polarização urbana, concentrando-se predominantemente na Área Metropolitana de Lisboa. Os imigrantes da Europa de leste, por outro lado, são os que apresentam o padrão geográfico mais disperso, chegando a representar um peso superior ao da população residente em algumas zonas do Ribatejo, Alentejo e zona Oeste. Os cidadãos da União Europeia, na sua maioria pensionistas provenientes do Norte/Centro da Europa, concentram-se maioritariamente no Algarve. De referir, ainda, que as assimetrias no padrão de fixação e distribuição territorial em diferentes comunidades são mais fortes no interior de Portugal (fora da Grande Lisboa).

A Área Metropolitana de Lisboa (a partir de Fonseca, 2007) recebe mais de metade dos imigrantes documentados em Portugal. Acolhe 13% dos imigrantes europeus (em situação de emprego qualificado, tal como os imigrantes norte americanos e alguns brasileiros), imigrantes dos PALOP desde a década de 1980 (sobretudo populações de Cabo Verde, em actividades semi-qualificadas e não qualificadas), imigrantes do Brasil desde a década de 1990, da Europa de leste desde os projectos de construção do Parque Expo (1998) e imigrantes asiáticos nos últimos anos (China, Índia e Paquistão, com actividades no âmbito do comércio e restauração de base étnica). Afirma-se como a área de maior vitalidade económica, permitindo uma perspectiva de crescimento nas áreas circundantes. É o local mais atractivo para populações imigrantes, nomeadamente por existir um conjunto de grupos socioetnicos de diversas origens já estabelecidos, com consolidadas redes de conhecimento interpessoal. Ao nível de padrões territoriais, e particularmente no caso das populações descendentes dos PALOP, verifica-se uma relação entre o estabelecimento destas populações e a suburbanização e crescimento da Área Metropolitana de Lisboa. Fonseca (2007)

³⁹ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

identifica, a este nível, que a idade da população em análise é directamente proporcional ao tempo da construção das unidades funcionais e habitacionais das diversas freguesias em consideração, facto que, acompanhado pelo aumento dos fluxos migratórios, pelo crescimento natural e pelas redes sociais com os países de origem, resultou na concentração territorial de imigrantes com a mesma origem geográfica.

No contexto do sul da Europa, Portugal encontra-se numa posição que favorece a migração internacional. Em concordância com o que já foi referido, os influxos migratórios iniciaram na sequência imediata ao processo de descolonização, crescendo gradativamente (e compreendendo novos contextos de proveniência dos migrantes) até ao final de 1990, com uma conseqüente subida explosiva. Porém, após os primeiros anos do século XXI a imigração diminuiu, sendo de referir alguns processos de retorno, reflexos da crise económica e da aposta em melhores perspectivas laborais noutros países europeus, ao exemplo de Espanha. Durante este período, procurou-se instaurar um processo de políticas eficazes ao nível da admissão e integração no contexto português. Tal como noutros países do sul europeu, diversas políticas foram ratificadas na procura de regular ingressos, controlar fronteiras, integrar os imigrantes e regularizar situações irregulares. Porém, a eficácia das tentativas de regulamentação foi limitada, e em grande escala a imigração irregular persistiu, apesar dos vários programas de regularização em Portugal. Não obstante, o facto de Portugal ter sido positivamente colocado num recente índice comparativo, respeitante a políticas de integração de migrantes (MIPEX), confirma o relativo sucesso das políticas implementadas (Peixoto, Sabino & Abreu, 2009).

Em primeiro lugar, no que se refere ao cenário das políticas migratórias portuguesas, é importante ressaltar que a Constituição da República Portuguesa concede um conjunto de direitos básicos importantes aos imigrantes e estrangeiros, com a excepção de alguns direitos políticos e funções do Estado. A Constituição também atribui algumas vantagens para a realização de direitos sociais e políticos aos imigrantes provenientes dos PALOP, que podem ter benefícios especificamente orientados a partir do código legal do país (SEF, 2008). Os primeiros passos em termos de política de imigração portuguesa ocorreram no início da década de 1990, época em que se assistiu ao crescimento da população estrangeira, à consciência de uma crescente presença de imigrantes não documentados, à visibilidade dos problemas sociais enfrentados pelos migrantes de ascendência africana (como o desemprego e a habitação precária, por

exemplo), e à implicação de organizações não-governamentais e associações de imigrantes na defesa dos seus direitos, bem como na solicitação de uma atitude mais proactiva por parte do governo e da sociedade civil (Malheiros, 2002). Posteriormente, a política de migração foi moldada sob um contexto de imperativos duais (SEF, 2008): por um lado, a adesão de Portugal à União Europeia comportou um conjunto de pressões, no sentido do reforço dos controlos fronteiriços e de fortalecer o quadro legislativo da imigração; por outro lado, o desenvolvimento económico crescente e a sua consequente exigência de mão-de-obra obrigaram a uma resposta diferencial face à nova realidade dos fluxos migratórios.

Retomemos a questão da fixação das populações, nomeadamente da população imigrante, de modo a melhor podermos aferir a sua implicação no dinamismo social dos contextos em apreço. Tal como refere Bonifazi (2007), os fluxos migratórios têm um papel preponderante nas dinâmicas sociais das cidades globais. No caso italiano, segundo o autor, garantem a fluidez social necessária à realização de processos de *gentrification*, característicos de renovados centros urbanos. São também parte integrante (ao exemplo de determinados bairros da Grande Lisboa) nas dinâmicas de formação de *inner cities*, embora também participem na revitalização de inteiras áreas urbanas que podem, deste modo, reinserir-se nos mecanismos produtivos e sociais das Metrópoles (Bonifazi, 2007). O autor refere, também, que os principais caracteres da imigração em Metrópoles globalizadas (em Itália destacam-se Roma e Milão) se configuram no poder de atracção de forças laborais altamente qualificadas (que se inserem nos sectores económicos de ponta), mas também na absorção de quotas importantes de imigrantes em condições de vida desvantajosas (que se ocupam de funções directamente úteis ao funcionamento dos serviços centrais), salientando-se pela sua capacidade de atrair populações geograficamente muito afastadas do país de acolhimento.

Para caracterizar a situação italiana, Bonifazi (2007) refere um policentrismo difuso de um sistema urbano e económico que tomou como caracteres constitutivos e pontos de força a difusão territorial e a centralização parcial de alguns processos, existindo bastante desigualdade económica e social entre as diversas regiões urbanas. A este padrão urbano, o autor faz corresponder a dinâmica dos fluxos migratórios, considerando-os sob uma mesma dinâmica distributiva de policentrismo difuso com uma certa centralização na Metrópole capital – Roma.

Gentile (2008) ressalva que, no contexto italiano, se assiste a um carácter de imigração divergente do de países e áreas com legado colonial, destacando-se padrões de proximidade (com os países de Leste), de entrada na Europa e procura de oportunidade económica (sobretudo através do norte de África) e a um padrão emergente de imigração feminina sem reunião familiar (de migrantes provenientes da Europa de leste). Brasil e Rússia, apesar de não figurarem enquanto países de proveniência preponderante, são os que condensam mais resultados ao nível da aquisição de cidadania italiana. De salientar, ainda, que as estruturas demográficas por idade, por exemplo na cidade de Bolonha, são antagónicas: se a população italiana se caracteriza pelo triplo de idosos face ao número de menores, na população imigrante há um idoso por cada 10 menores (os fortes índices de dependência são, assim, compensados pela presença imigrante).

É também relevante o facto de se atribuir a Itália o carácter de um dos destinos mais fortemente pressionados por fluxos de migrantes irregulares na Europa ⁴⁰. Tal situação não advém apenas da localização mediterrânica deste país, propulsora do desembarque de uma forte porção de indivíduos esperançosos face ao sonho europeu. A situação de clandestinidade é, em conformidade com a abordagem previamente realizada em II.3.2, criada pelo fracasso das políticas migratórias no contexto, uma vez que implica o desprezo de uma parte substancial dos efeitos positivos da imigração no país de acolhimento (Chiuri, Conglio & Ferri, 2010), já que os migrantes representam um recurso demográfico e laboral de extrema importância em Itália.

Apesar de os valores atribuídos à imigração no contexto ainda serem consideravelmente modestos em relação a países mais desenvolvidos, o seu crescimento exponencial tem implicado a desorientação da opinião pública, situação que acarreta novos problemas ao nível da aceitação dos fluxos migratórios indispensáveis (Chiuri, Conglio & Ferri, 2010). A desorientação da opinião pública, entre outros aspectos, pode ser relacionada à própria desorientação das políticas migratórias, oscilantes entre tendências mais integracionistas (lei Turco-Napolitano) ou mais restritivas (lei Bossi-Fini) ⁴¹. Actualmente, a legislação italiana aponta para tendências de menor integração,

⁴⁰ Para aprofundar esta questão: Ghosh, B. (1998) *Huddled masses and uncertain shores: insights into irregular migration*, The Hague: Martinus Nijhoff.

⁴¹ A legislação italiana em matéria de migrações está patente no “Testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell’immigrazione e norme sulla condizione dello straniero”, introduzido pelo Decreto-Lei de 25 de Julho de 1998, n° 286 (lei Turco-Napolitano), modificado pelo Decreto-Lei de 30 de

situação que não só conduz uma porção crescente de imigrantes para a clandestinidade, como também explicita uma visão de expulsão intencional⁴² ou até de desprezo pelas efectivas situações de vulnerabilidade da população em situação irregular⁴³. Efectivamente, se a lei Turco-Napolitano já previa a estipulação de acordos internacionais que implicassem os países de origem na aplicação da estratégia restritiva, acelerando processos de repatriamento, a lei Bossi-Fini retoma este princípio reforçando o seu carácter de afastamento, na medida em que instaura processos mais rígidos para requerer e reconhecer situações de asilo, implicando a reclusão dos migrantes que aguardam o atestado da sua situação regularizada.

O Comité anti-tortura do Conselho Europeu⁴⁴ acrescenta, no último relatório respeitante à avaliação da situação italiana, que as novas políticas de intercepção de migrantes no mar e seu conseqüente repatriamento obrigatório para a Líbia ou outros países não europeus violam o princípio da não repulsão, consagrado ao nível do direito internacional. Tal avaliação advém do facto de ter sido observada a recusa ao direito de obter uma avaliação individual e ao acesso efectivo ao sistema de protecção dos refugiados⁴⁵. Foi também referida a ocorrência e o contínuo risco de maus-tratos no contexto de reclusão provisório, bem como à chegada aos países de repatriamento.

Julho de 2002, nº 189 (lei Bossi-Fini), concluído com o Decreto Presidencial de 18 de Outubro de 2004, nº 334.

⁴² Veja-se, por exemplo, a passagem da designação de Centros de Permanência Temporária (*Centri di Permanenza Temporanea*) para Centros de Identificação e Expulsão (*Centri di Detenzione ed Espulsione*), referindo as instituições que congregam os migrantes identificados por situações de clandestinidade.

⁴³ Refira-se, neste caso, a limitação do acesso de migrantes irregulares a estruturas de saúde pública.

⁴⁴ *European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment*, alojado online em <http://www.cpt.coe.int/en/about.htm>.

⁴⁵ O relatório, “Report to the Italian Government on the visit to Italy carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT) from 27 to 31 July 2009”, pode ser consultado online em <http://www.cpt.coe.int/documents/ita/2010-inf-14-eng.htm> (consultado a 20 de Setembro de 2010).

Capítulo IV. Planificação metodológica

O quarto e último capítulo, respeitante à planificação metodológica do projecto de investigação a desenvolver ao nível doutoral, contemplará uma esquematização do seu plano operacional, o sumário, os objectivos e contribuições potenciais do projecto e o seu enquadramento metodológico, formativo e temporal.

IV.1 Sumário, objectivos e contribuição potencial

O projecto de investigação tem como objectivo central contribuir para a clarificação e caracterização da existência e percursos de vida de imigrantes ambientais, valorizando o espaço europeu enquanto contexto de destino. Nesse sentido, o estudo compreende três dimensões de análise: a vulnerabilidade humana face a alterações ambientais; o fluxo migratório rumo à Europa, entre o sonho e a sobrevivência; e a presença de imigrantes ambientais nos contextos português e italiano. A terceira dimensão, alvo de exploração empírica predominante, atende a questões de representação social, regularidade, género e ciclos de vida nesta tipologia de experiência migratória. O estudo, de orientação qualitativa e compreensiva, sustenta-se nas narrativas biográficas: através das histórias de vida dos seus protagonistas, potencia-se a identificação das suas circunstâncias de vida em primeira voz, contribuindo para a valorização e reconhecimento dos imigrantes ambientais, tanto no plano científico como na dimensão política e legislativa.

Objectivo geral

Clarificar e caracterizar a existência e percurso de vida de imigrantes ambientais.

Dimensões de análise

- (1) Vulnerabilidade humana e alterações ambientais: contextos de origem;
- (2) Migrações rumo à Europa: do sonho à sobrevivência;
- (3) Imigrantes ambientais:

(3.1) Representações sociais dos e pelos imigrantes ambientais nos contextos português e italiano;

(3.2) Situações de (ir)regularidade, género e ciclos de vida nas suas histórias de vida.

Objectivos específicos

- Identificar os factores que coloquem em risco a sustentabilidade e a segurança humana em contextos de forte vulnerabilidade social.
- Identificar os factores sociais, económicos e políticos que possam interagir com factores de índole ambiental e aumentar a incidência de deslocações humanas por indução ambiental (motivada/forçada).
- Aprofundar as dinâmicas de mobilidade populacional com destino ao contexto europeu, integrando a modalidade migratória motivada/forçada por alterações ambientais no contexto de origem.
- Contribuir para a explicitação da construção social do migrante ambiental através das representações construídas pelo próprio e pelas organizações de apoio aos imigrantes.
- Clarificar os aspectos comuns e divergentes da experiência migratória de índole ambiental, consoante a variação de situações de regularidade, género e ciclos de vida dos protagonistas da migração, conferindo primazia às suas narrativas biográficas.

Contribuição potencial do projecto

- Trabalho pioneiro no que respeita a estudos qualitativos com abordagem às histórias de vida de imigrantes ambientais no contexto europeu.
- Estabelecimento de parcerias estratégicas favorecendo um trabalho interdisciplinar, teoricamente consolidado, de forte estruturação operacional e potencialmente expansível para colaborações inter-institucionais futuras.
- Clarificação dos percursos de vida dos migrantes ambientais e dos factores de vulnerabilidade que conduzem à migração.
- Contributo para o reconhecimento legal deste grupo populacional num contexto de alterações ambientais à escala global e para a definição de políticas sociais de apoio no contexto de destino europeu.
- Contributo para a discussão das consequências humanas das alterações climáticas.

IV.2 Esquematização do plano operacional

| PLANO OPERACIONAL | | | |
|--|---|--|---|
| Imigrantes ambientais no contexto europeu: histórias de vida que evidenciam a vulnerabilidade humana às alterações do ambiente | | | |
| Enquadramento metodológico | | | |
| Histórias de vida, abordagem compreensiva: destaque da voz dos migrantes ambientais para reconhecer e explicitar os seus percursos de vida. | | Critérios metodológicos de validação: variação da amostragem; aprofundamento crescente do modelo de investigação por triangulação/intersubjectividade. | |
| Dimensão | I. Vulnerabilidade humana e alterações ambientais: contextos de origem | | |
| Tipo de descritores e indicadores | Factores de pressão ambiental, social, política, económica, militar, etc. Associação de factores. Estratégias de resiliência e adaptação, local e/ou migratória. | | |
| Técnicas de recolha e fontes | Informação bibliográfica, análise documental, recolha de dados estatísticos, entrevistas semidirigidas a especialistas (UNU-EHS). | | |
| Tratamento de dados | Estatística descritiva, análise de conteúdo, descrição narrativa. | | |
| Dimensão | II. Migrações rumo à Europa: do sonho à sobrevivência | | |
| Tipo de descritores e indicadores | Políticas públicas UE, Portugal e Itália: legislação, programas governamentais e não governamentais (metas, âmbitos, expectativas, resultados), agências. Motivação, constrição e intersecção de factores que conduzem aos fluxos migratórios. | | |
| Técnicas de recolha e fontes | Informação bibliográfica, análise documental, recolha de dados estatísticos, entrevistas semidirigidas a especialistas (ACIDI, UniBo, entre outros especialistas sobre os contextos português, italiano e europeu). | | |
| Tratamento de dados | Estatística descritiva, análise de conteúdo, descrição narrativa. | | |
| Dimensão | III. Imigrantes ambientais | | |
| Componentes | Representações sociais dos imigrantes ambientais em Portugal e Itália | (Ir)regularidade, género e ciclos de vida | |
| Tipo de descritores e indicadores | Marcas atribuídas, espaços e percursos, papéis e pertenças identitárias. | Importância atribuída e efectiva dos factores de pressão ambiental de origem. Tipo de factores e sua implicação no tecimento de vulnerabilidades humanas. | Variantes nas histórias de vida por componente. |
| Técnicas de recolha e fontes | Inquérito por questionário e entrevistas semidirigidas a elementos de organizações de apoio aos migrantes. Entrevistas aprofundadas de reconstrução biográfica (histórias de vida) a imigrantes ambientais nos contextos português e italiano. | | |
| Tratamento de dados | Análise estatística, análise de conteúdo, ressonância e descrição narrativa. | | |

IV.3 Enquadramento do projecto de investigação

O objectivo central do projecto de investigação, incorporado na reflexão sobre migrações e ambiente, assenta na procura de clarificação e caracterização da existência e do percurso de vida de um imigrante ambiental. Partindo de uma abordagem compreensiva, procurar-se-á identificar este grupo populacional no contexto de destino europeu, visto tratar-se de uma população insuficientemente reconhecida/protegida no panorama legislativo internacional. Prevê-se o desenvolvimento do estudo nos contextos português e italiano, caracterizados por diferentes padrões de mobilidade, palcos (em diferentes escalas) de pressão migratória na Europa, com o protagonismo de migrantes sob diversas motivações, origens, percursos e estatutos. Sabendo que as maiorias dos migrantes irregulares, designadamente em Itália, são provenientes de países fortemente vulneráveis por pressão isolada ou associada de factores ambientais – Somália, Eritreia, Etiópia e Nigéria, por exemplo –, torna-se premente atender à dimensão da (ir)regularidade dos imigrantes ambientais. Procurar-se-á, primeiramente, identificar a influência dos factores ambientais no contexto de origem sobre a decisão migratória. Outras dimensões a atender prender-se-ão com questões de género e ciclos de vida dos imigrantes ambientais.

O projecto enquadra-se metodologicamente numa abordagem compreensiva às histórias de vida dos imigrantes ambientais. Tal perspectivação permite, simultaneamente, aferir as experiências vividas pelos protagonistas da migração, cujas narrativas serão acolhidas, alvo de ressonância e de revisitação entre investigadora e entrevistados/as; e compreender as estruturas histórico-sociais de referência, contextualizadoras de situações de vulnerabilidade humana a factores de pressão ambientais. A validade do produto deste projecto será salvaguardada não só pela variação dos participantes no estudo, como também pela permanente triangulação e abertura à intersubjectividade e refutação, em específico nos contextos do Curso de Doutoramento, dos programas de mobilidade e do Fórum de Ecologia Humana promovido pela Australian National University.

O projecto de investigação insere-se no Curso de Doutoramento em Ecologia Humana promovido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), sob a coordenação do Professor Doutor Luís Vicente Baptista e em

interacção com docentes integrados em contextos científicos e académicos tais como a Universidade Nova de Lisboa, a Vrije Universiteit Brussels e a Goteborg University. Na sua estrutura curricular, o programa doutoral em Ecologia Humana prevê o aprofundamento de metodologias de investigação, teorias, conceitos e problemáticas no domínio específico da Ecologia Humana, para além da realização de um seminário interdisciplinar que favorece a integração das diversas abordagens e áreas do saber, confluentes na perspectivização ecológica do problema de investigação. Ao proporcionar o cruzamento de conhecimento e metodologias das Ciências Sociais e Humanas com os domínios do Território, do Desenvolvimento e do Ambiente, o programa doutoral em Ecologia Humana representa o enquadramento preferencial para o projecto de investigação sobre imigrantes ambientais no contexto europeu.

Para complementar o Curso de Doutoramento, e tendo em vista a especialização na área da vulnerabilidade humana às alterações ambientais, prevê-se uma aproximação às dinâmicas do Institute for Environment and Human Security da United Nations University (UNU-EHS), designadamente à secção de migrações ambientais, vulnerabilidade e adaptação. Para além da realização de entrevistas aos especialistas no campo em apreço, designadamente a investigadores tais como Koko Warner e Tamer Afifi, está previsto reforçar a aproximação a este Instituto através da frequência dos seus programas de formação intensiva, ao exemplo do curso doutoral “From Vulnerability to Resilience in Disaster Risk Management”. Uma outra parceria estratégica ao presente projecto respeita ao contexto académico e científico da Università di Bologna (UniBo), locus de partida e gestão dos contextos de estudo em Itália, onde se integra o co-orientador do presente projecto de investigação, Professor Doutor Antonio Genovese, especialista em migrações no contexto italiano e educação intercultural. Catarina Reis Oliveira, do ACIDI, será um elemento importante no enquadramento da pesquisa em Portugal. Deste modo, assegura-se o acompanhamento e enquadramento, ao nível científico e na sua dimensão operacional, de modo a favorecer um desenvolvimento integrado do projecto de investigação.

Prevê-se o desenvolvimento de um programa de estudos correspondente a 240 créditos, de oito semestres consecutivos, a iniciar-se em Outubro de 2010. Estabelece-se, como patamar mínimo em cada ano doutoral, a participação activa em duas conferências científicas (nacionais/internacionais), com a publicação de um mínimo de dois artigos científicos e uma revisão crítica em publicações nacionais/internacionais, além de um relatório sobre o desenvolvimento do projecto de investigação (milestone).

Ano I – No primeiro ano, dar-se-á prioridade à frequência da oferta curricular do Curso de Doutoramento em Ecologia Humana, proporcionando a revisão da literatura científica, respeitante ao objecto de investigação bem como às opções metodológicas que enquadram a presente pesquisa, com conseqüente aprofundamento do projecto de investigação. Este período culminará com a apresentação e submissão para avaliação de uma renovada versão do projecto.

Anos II e III – No segundo ano, após consolidação do projecto de investigação, serão realizadas entrevistas a especialistas em vulnerabilidade, ambiente e migrações, com deslocações à UNU-EHS e à UniBo. Após aplicação de inquéritos por questionário e realização de entrevistas a elementos de organizações de apoio aos imigrantes em Itália e Portugal e ao tratamento e análise dos dados recolhidos, proceder-se-á à selecção e caracterização dos contextos mais pertinentes para estudo, ao que se segue a identificação dos participantes na investigação, considerados imigrantes ambientais. Procurando abarcar situações de regularidade e irregularidade migratória, com sujeitos de ambos os sexos e em diferentes ciclos de vida, serão desenvolvidas entrevistas aprofundadas de reconstrução biográfica, de orientação eminentemente qualitativa e compreensiva, ressaltando as histórias de vida dos imigrantes ambientais nos contextos português e italiano. No terceiro ano, prosseguir-se-á o trabalho iniciado no ano precedente.

Ano IV – No quarto ano, toda a informação recolhida será analisada face a uma leitura crítica e aprofundada da literatura científica do domínio de investigação. Posteriormente, proceder-se-á à redacção e apresentação da narrativa final da Tese de Doutoramento.

Figura nº 4: Cronograma detalhado do programa de estudos

| Tarefas | Ano I | | | | | | | | | Ano II | | | | | | | | | Ano III | | | | | | | | | Ano IV | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|---------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago |
| Revisão da literatura científica | █ | | | | | | | | | █ | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Curso de Doutoramento em Ecologia Humana | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recolha e análise estatística | | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Análise documental | | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entrevistas a especialistas | | | | | | | | | | █ | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Análise de conteúdo | | | | | | | | | | █ | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mobilidade UNU-EHS | | | | | | | | | | █ | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mobilidade Itália | | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Inquérito por questionário (orgs. apoio imig.) | | | | | | | | | | █ | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entrevistas semidirigidas (orgs. apoio imig.) | | | | | | | | | | █ | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Análise estatística e de conteúdo | | | | | | | | | | █ | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entrevistas aprofundadas a migrantes ambientais | | | | | | | | | | █ | | | █ | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ressonância, reavistação e descrição narrativa | | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Redação de Relatório (Milestone) | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Redação de artigo científico | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Redação de recensão crítica | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Participação em conferência científica | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Redação da Tese de Doutoramento | | | | | | | | | | | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entrega da Tese de Doutoramento | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | █ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Considerações finais

As considerações finais do presente Trabalho de Projecto, em vez de conclusivas, servem de apoio à abertura projectual e de estímulo à continuação da orientação potenciada ao longo deste percurso. O objectivo central – identificar e caracterizar um imigrante ambiental – foi favorecido pelo confronto teórico e de dados empíricos, permitindo a sua especificação em direcção ao rumo de desenvolvimento futuro: imigrantes ambientais (africanos) no contexto europeu (Portugal e Itália) – histórias de vida que evidenciam a vulnerabilidade humana às alterações do ambiente.

Apresentamos de seguida os principais resultados da investigação exploratória, na procura de responder às questões de balizamento inicial do projecto:

- a) *Factores de alteração ambiental susceptíveis de colocar em risco a sustentabilidade e a segurança humana, motivando ou obrigando à estratégia migratória*: subida do nível médio das águas do mar, vulnerabilidade a inundações, escassez de água, desertificação, poluição, projectos de construção, sobrepastoreio, desflorestação, degradação dos solos, níveis elevados de salinidade dos solos, variabilidade climática, fragilidade ecossistémica;
- b) *Factores sociais, económicos e políticos identificados pela interacção com factores de alteração ambiental, constituintes das razões advogadas para a migração, explicitando caracteres de vulnerabilidade humana*: implicações na saúde pública, desemprego, pobreza, agravamento do impacto de desastres naturais, conflitos sobre recursos e terra, problemas de segurança alimentar, perda dos meios de subsistência, dependência face ao apoio externo;
- c) *Caracteres de percurso evidenciados pelos migrantes ambientais*: migração como mecanismo tradicional mas mutável para responder a situações de vulnerabilidade; estratégia do núcleo familiar ou da comunidade de referência para manter situações de vida, melhorar segurança física e alimentar e conciliar diferentes fontes de rendimento; associação à posse de terra (desfavorece a mobilidade); motivação económica em sociedades essencialmente agrárias, com actividades piscatórias ou de pastoreio, radica na motivação ambiental (em caso de degradação ou ruptura ambiental, obriga à deslocação); atribuição das razões da migração não a alterações ambientais, mas sim às suas consequências sociais,

políticas e económicas; maior propensão no caso da percepção de factores positivos no contexto de destino, particularmente da presença de redes de suporte (uma vez iniciado, o processo migratório reforça os seus padrões); complexidade na tomada de decisões sobre a migração (implicação das condições político-sociais dos contextos de origem na modelação de estratégias de adaptação colectiva);

- d) *Inserção do fenómeno nos fluxos migratórios com destino europeu*: intersecção de múltiplas motivações nos migrantes que procuram alcançar a Europa; alcance europeu depende de meios financeiros disponíveis e da distância representada pela mobilidade; situação pertinente do contexto africano como potencial origem, reforçando redes migratórias preexistentes; reforço da problemática da clandestinidade; integração no contexto português – papel das redes migratórias consolidadas com ex-colónias africanas; integração no contexto italiano – peso da migração clandestina e contextos de origem tendencialmente pressionados por factores ambientais.

Uma potencialidade decorrente do desenvolvimento deste projecto prende-se com a possível identificação de migrantes ambientais nos fluxos migratórios direccionados ao contexto europeu, designadamente através da Europa do sul, que se constitui como uma das principais portas de entrada na União Europeia. Caso se verifique a presença desta tipologia migratória nos fluxos populacionais de direcção europeia, mediante uma investigação rigorosa e explícita no que concerne às opções metodológicas e à recolha e tratamento da informação, criam-se as condições necessárias para, a partir de postulados legitimados no meio científico, abrir caminho à revisão normativa, legislativa e à aplicação de políticas regionais e locais direccionadas aos imigrantes ambientais.

O projecto representa, igualmente, uma oportunidade de contribuir para a sistematização da informação e para a construção de conhecimento sobre imigrantes ambientais no território europeu, área que demanda um conjunto de respostas urgentes e regionais. O aprofundamento destas temáticas comporta um contributo à comunidade internacional, e em especial à União Europeia, ao enfrentar uma problemática que se afirma como prioritária para a segurança internacional, potenciando a criação de

medidas operativas para enfrentar o fenómeno e evitando que se expanda enquanto catástrofe humanitária. A problemática dos imigrantes ambientais configura-se como um tema emergente que, pelas suas implicações aos níveis social, económico e de segurança internacional, requer uma análise mais aprofundada. A documentação de experiências de vida de imigrantes ambientais no contexto sul europeu permitirá ilustrar empírica e contextualizadamente este fenómeno, bem como potenciar o equacionamento sobre as intervenções necessárias para auxiliar a sua integração.

Após o reconhecimento político sobre os efeitos da globalização nas relações externas, nomeadamente no que respeita às ameaças potenciadas pelas alterações climáticas e pressões ambientais, urge identificar desafios e encontrar caminhos de resolução de problemas, designadamente através da investigação científica. As preocupações globais ao nível da segurança, do ambiente, das migrações e da prevenção de conflitos devem espelhar-se na procura de respostas locais e regionais, nomeadamente no caso europeu, para que a interdependência de uma multiplicidade de actores e regiões não signifique a aceleração e aprofundamento de clivagens entre esses mesmos actores e regiões.

Consideramos que este projecto representa, ainda, uma possibilidade de avanço do conhecimento científico sobre a relação entre migrações e ambiente, enquadrada no âmbito da ecologia humana. Trata-se de um contributo interdisciplinar, no campo das ciências sociais e humanas, que visa confrontar dados a recolher mediante uma abordagem compreensiva, socioecológica e atenta às narrativas de vida dos protagonistas em análise. O desenvolvimento deste projecto ao nível doutoral permitirá, por isso, aprofundar o conhecimento acerca desta área no que respeita ao desenvolvimento sistémico do imigrante ambiental, integrando as suas modalidades de interacção na organização social dos contextos de destino.